

Ministério da Educação (MEC)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)

**DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL
DE JOVENS E ADULTOS**

Brasília-DF
2000

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

REVISÃO

Jair Santana Moraes
José Adelmo Guimarães
Marluce Moreira Salgado

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Regina Helena Azevedo de Mello

ARTE-FINAL

Márcia Terezinha dos Reis

CAPA

Fernando Secchin

TIRAGEM: 2.500 exemplares

ENDEREÇO

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)
MEC – Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexos I e II, 4º Andar
70047-900 – Brasília-DF
Fones: (61) 224-7092, (61) 224-1573
Fax: (61) 224-4167
<http://www.inep.gov.br>
E-mail: editoria@inep.gov.br

PUBLICADO EM MARÇO DE 2000

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Diagnóstico da situação educacional de jovens e adultos / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. – Brasília : O Instituto, 2000.

60p. : il. tab.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Ensino fundamental. I. Título.

CDU 374.7

Sumário

| | |
|--|-----------|
| Apresentação | 5 |
| Introdução | 7 |
| Analfabetismo no Brasil | 9 |
| Analfabetismo por faixas etárias | 10 |
| Desigualdades regionais | 13 |
| Analfabetismo entre jovens e jovens adultos: diferenças inter e intra-regionais | 15 |
| Região Norte | 16 |
| Região Nordeste | 17 |
| Região Sudeste | 18 |
| Região Sul | 19 |
| Região Centro-Oeste | 19 |
| Escolaridade da população | 21 |
| Jovens de 15 a 19 anos | 22 |
| Jovens de 20 a 24 anos | 26 |
| Educação de jovens e adultos | 31 |
| Cursos presenciais de alfabetização com avaliação no processo | 37 |
| Cursos presenciais de ensino fundamental com avaliação no processo | 40 |
| Considerações finais | 43 |
| Anexo | 45 |

Apresentação

O presente documento foi elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) atendendo a uma solicitação da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE). Seu objetivo é sistematizar e analisar as informações disponíveis sobre a incidência do analfabetismo e o perfil de escolaridade da população com 15 anos ou mais, oferecendo subsídios para a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Ao responder prontamente a esta demanda da CEB/CNE, o Inep cumpre uma das suas finalidades essenciais, que é subsidiar a formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações apoiados nas estatísticas e avaliações educacionais. Este relatório atende, portanto, ao propósito específico de organizar informações que já são de domínio público, obtidas a partir dos censos populacionais e das pesquisas por amostragem de domicílio, do IBGE, e dos censos educacionais realizados pelo próprio Inep.

O diagnóstico apresentado também já é bastante conhecido e revela, basicamente, que o vigoroso esforço de universalização do acesso ao ensino fundamental, empreendido nas últimas décadas, derrubou as taxas de analfabetismo nas faixas etárias mais jovens. Entretanto, este fenômeno não se desenvolveu de forma homogênea em todo o País, prevalecendo ainda acentuados contrastes regionais. Há uma tendência recente, no entanto, desencadeada pelas políticas adotadas na década de 90, de rápida correção destas desigualdades.

Ainda assim, o fenômeno do analfabetismo tem hoje feições bastante matizadas, com forte concentração regional (Norte e Nordeste), espacial (zona rural e periferia dos grandes centros urbanos) e geracional (população com mais de 30 anos). Estas características requerem uma nova abordagem dos programas de alfabetização e das políticas de educação de jovens e adultos – que devem incorporar a concepção ampliada consagrada pela Declaração de Hamburgo (1997).

A despeito dos inegáveis avanços alcançados na década de 90, o Brasil ainda enfrenta uma situação bastante crítica nesta área. Criar oportunidades educacionais para jovens e adultos que não completaram a escolarização básica na idade própria e oferecer alternativas de educação continuada são desafios que somente poderão ser vencidos somando-se os esforços das três instâncias de governo e mobilizando-se

todos os segmentos da sociedade civil, como vem fazendo o MEC/SEF em parceria com o Programa Alfabetização Solidária.

O processo de consulta conduzido pela CEB/CNE para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, por meio da realização de audiências públicas, contribui para que as diferentes instâncias do Poder Público e as organizações não-governamentais fortaleçam as parcerias necessárias para a erradicação do analfabetismo e a garantia de educação para todos. Os dados apresentados e analisados neste documento dão uma idéia clara da magnitude deste desafio.

Maria Helena Guimarães de Castro
Presidente do INEP

Introdução

A V Conferência Internacional de Educação de Adultos promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em Hamburgo, 1997, utiliza uma concepção ampliada de formação de pessoas adultas que compreende a variada gama de processos formais e informais de aprendizagem e educação continuada passível de ser adquirida ao longo da vida. Tal concepção, presente também na Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990), faz com que as práticas de avaliação da situação educacional compreendam não só os programas de educação escolar de jovens e adultos, mas todas as atividades socioculturais, de formação para a cidadania, qualificação e atualização para o trabalho e geração de renda, promovidos por órgãos governamentais e não-governamentais.

Uma avaliação desta natureza, ainda que importante para a implementação de políticas de ampliação dos serviços de educação básica e de capacitação de pessoas jovens e adultas em competências essenciais à vida cotidiana, ao trabalho e à participação cidadã, mostra-se, no entanto, inviável basicamente por dois motivos. Em primeiro lugar, pela dificuldade de captar e consolidar os dados referentes às ações realizadas pelas diversas agências promotoras destas atividades, como é o caso das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e também dos programas de qualificação profissional; em segundo, e talvez o mais complexo, refere-se à categorização e conceituação a ser utilizada para a classificação dos diferentes cursos oferecidos. Para resolver estes problemas e preencher as lacunas existentes sobre os aspectos relativos à formação de jovens e adultos, é necessária uma articulação maior entre promotores de cursos e produtores de dados.

No entanto, a análise das informações disponíveis e mensuráveis fornecidas pelos *Censos Populacionais* do IBGE e pelos *Censos Escolares* do Ministério da Educação (MEC) permite que se realize um diagnóstico ainda que incompleto sobre aspectos relativos às condições de instrução da população jovem e adulta.

Nesse sentido, o presente documento analisa, na primeira parte, os dados referentes à condição de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade com ênfase nas diferenças regionais e intra-regionais. A condição de frequência à escola e os aspectos relativos ao nível de instrução obtida serão analisados na segunda parte, estando a última parte reservada para a análise da oferta de cursos supletivos com avaliação no processo.

Analfabetismo no Brasil

A eliminação do analfabetismo é, sem sombra de dúvida, a base para a garantia de condições mínimas de equidade e de acesso à cidadania plena. A despeito da sensível redução observada nas últimas décadas, o Brasil ainda apresenta uma elevada taxa de analfabetismo que representa, em termos absolutos, um expressivo contingente de mais de 15 milhões de pessoas.

Os dados sobre condição de alfabetização, bem como as demais características relativas à instrução da população, são levantados pelo *Censo Demográfico* do IBGE em todo o território nacional, sendo o último recenseamento realizado no ano de 1991.

Nos períodos intercensitários, a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (Pnad) é uma das poucas fontes de informação demográfica e social atualizada. A última aplicação foi realizada em 1998. No entanto, além de ser amostral, não coleta informações nas áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, subestimando assim indicadores como a taxa de analfabetismo. Por esta razão, optou-se por trabalhar com os dados da *Contagem Populacional*, recenseamento realizado em 1996. O fato de ser amostral inviabiliza, também, a desagregação de determinados dados por unidade da Federação, diante da possibilidade de incorrer em erros amostrais elevados.

Deve-se ressaltar, no entanto, que a *Contagem Populacional* não apresenta em seu questionário o quesito relativo à condição de alfabetização da população. Tanto no *Censo Demográfico*, quanto na Pnad, existe uma questão específica, onde o informante responde se sabe ler ou escrever um bilhete, a partir da qual é estimada a taxa de analfabetismo. No caso da *Contagem Populacional*, apenas é possível utilizar um conceito aproximado, conjugando-se a situação de nunca ter freqüentado a escola ou não ter concluído nenhuma série. Neste caso, estar-se-ia superestimando o número de analfabetos, dado que muitos podem saber ler e escrever sem, no entanto, ter passado pelo processo de escolarização. No entanto, os valores obtidos são muito próximos e diante da importância do dimensionamento deste fenômeno nas áreas rurais de todo o País, optou-se por trabalhar com os dados da *Contagem*, mesmo sabendo que os conceitos não são exatamente os mesmos. A denominação “analfabetos”, bem como as taxas de analfabetismo descritas ao longo do texto, para o ano de 1996, referem-se, portanto, a esta situação de pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

Assim, o percentual da população com 15 anos e mais de idade sem instrução ou com menos de um ano de estudo, correspondia a 14,1%, ou conforme foi citado anteriormente a mais de 15 milhões de pessoas. O impacto destes números só é

minimizado quando analisados dentro de uma perspectiva da sua evolução nas últimas três décadas.

De fato, a taxa de analfabetismo declinou de 39,5%, em 1960, para 20,1%, em 1991, seguindo um ritmo relativamente lento, o que indica que programas de alfabetização, como o antigo Mobral, tiveram pouca eficácia e, por essa razão, produziram resultados bastante modestos. No entanto, na década de 90, o analfabetismo vem recuando com uma velocidade bem maior. Só para se ter uma idéia, o decréscimo verificado entre 1991 e 1996 foi de 26%, superior ao verificado entre 1980 e 1991, que correspondeu a 21%. Outra tendência positiva observada no período mais recente é o decréscimo do número absoluto de pessoas analfabetas no grupo etário maior de 15 anos, fato inédito no País (Tabela 1).

**Tabela 1 – Pessoas analfabetas na população de 15 anos de idade ou mais
Números absolutos e distribuição percentual
Brasil – 1920-1996**

| Ano | Contingente (em milhões) | % |
|------------|-------------------------------------|----------|
| 1920 | 11,4 | 64,9 |
| 1940 | 13,3 | 56,0 |
| 1950 | 15,3 | 50,5 |
| 1960 | 15,9 | 39,6 |
| 1970 | 18,1 | 33,6 |
| 1980 | 18,6 | 25,4 |
| 1991 | 19,2 | 20,1 |
| 1996 (1) | 15,1 | 14,1 |

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico* 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e *Contagem Populacional* 1996.

(1) 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

Uma política de redução mais rápida do analfabetismo exige que se considere que o fenômeno do analfabetismo não atinge de forma uniforme o conjunto da população. Resultados positivos dependem de uma política diferenciada, que focalize situações e dificuldades específicas.

Analfabetismo por faixas etárias

Observa-se uma diferenciação quanto às faixas etárias em que o analfabetismo incide com maior intensidade. Por estar associado à falta de acesso ao ensino fundamental, o analfabetismo concentra-se, atualmente, entre a população com mais de 40 anos, exatamente aquela que não foi beneficiada pela expansão do sistema de ensino. Isso indica que a implementação de políticas mais incisivas de universalização do acesso ao ensino fundamental promoveu de fato um declínio mais acelerado do analfabetismo nas faixas etárias mais jovens. A Tabela 2 mostra a variação do analfabetismo por faixa etária.

Tabela 2 – Taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais por grupos de idade Brasil – 1970-1996

| Ano | Taxa de analfabetismo por faixa etária (%) | | | | | | |
|-------------------------------|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|
| | 15 anos ou mais | 15 a 19 anos | 20 a 24 anos | 25 a 29 anos | 30 a 39 anos | 40 a 49 anos | 50 ou mais anos |
| 1970 | 33,6 | 24,3 | 26,5 | 29,9 | 32,9 | 38,5 | 48,4 |
| 1980 | 25,4 | 16,5 | 15,6 | 18,0 | 24,0 | 30,8 | 43,9 |
| 1991 | 20,1 | 12,1 | 12,2 | 12,7 | 15,3 | 23,8 | 38,3 |
| 1996 (1) | 14,1 | 5,4 | 5,8 | 7,0 | 9,1 | 15,5 | 33,8 |
| Taxa de Crescimento 1991-1996 | -29,6 | -55,7 | -52,8 | -44,7 | -40,5 | -35,0 | -11,7 |

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico* 1970, 1980, 1991 e *Contagem Populacional* 1996.

(1) 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

A redução das taxas de analfabetismo, conforme se pode verificar na tabela acima, atinge todas os grupos etários; no entanto, a intensidade diminui consoante aumenta a idade da população.

De fato, nas faixas etárias inferiores, a velocidade da redução das taxas foi bem maior. Entre 1991 e 1996, o decréscimo entre o grupo de 15 a 19 anos foi de 55,7%, reduzindo a taxa do patamar de 12,1% para 5,4%. Entre o grupo de 20 a 24 também se observa uma tendência de acelerada retração. Isto evidencia que o analfabetismo é um fenômeno marcadamente geracional.

Os grupos com idade superior a 40 anos, em contraste, apresentam ainda taxas bem elevadas. Na zona rural, principal bolsão do analfabetismo, a reversão deste quadro vai exigir esforços suplementares, dado que entre a população nas faixas etárias superiores a taxa de analfabetismo atinge mais de um terço do total de pessoas com 40 a 49 anos e mais da metade, entre aqueles com 50 anos e mais (Tabela 3).

A dispersão da população rural representa, portanto, um desafio à adoção de políticas públicas mais efetivas para erradicar o analfabetismo mesmo entre os grupos mais jovens.

Nas áreas urbanas, observam-se níveis menos expressivos. Só para se ter uma idéia, a taxa de analfabetismo, em 1996, entre as pessoas nas faixas etárias dos 15 aos 49 anos da zona rural, são cerca de quatro vezes menores que a daquelas residentes nas áreas urbanas (Tabela 4).

Tabela 3 – Percentual da população de 15 anos ou mais, sem instrução ou com menos de um ano de estudo, por localização e grupos etários, segundo as unidades da Federação – 1996

| Unidade da Federação | Rural | | | | | | |
|----------------------|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|
| | 15 anos ou mais | 15 a 19 anos | 20 a 24 anos | 25 a 29 anos | 30 a 39 anos | 40 a 49 anos | 50 anos ou mais |
| Brasil | 28,9 | 12,9 | 14,8 | 18,1 | 23,1 | 35,4 | 56,2 |
| Norte | 26,0 | 13,9 | 15,0 | 18,1 | 23,3 | 34,2 | 52,9 |
| Rondônia | 21,1 | 4,9 | 6,5 | 9,9 | 16,9 | 32,8 | 56,6 |
| Acre | 44,9 | 30,4 | 35,3 | 39,9 | 45,8 | 55,7 | 68,0 |
| Amazonas | 39,1 | 25,9 | 28,5 | 33,5 | 39,7 | 48,6 | 62,0 |
| Roraima | 31,9 | 15,2 | 18,6 | 21,6 | 29,0 | 43,6 | 64,7 |
| Pará | 22,1 | 11,9 | 12,4 | 14,7 | 19,4 | 29,1 | 47,3 |
| Amapá | 30,2 | 13,7 | 13,9 | 20,7 | 30,4 | 42,8 | 63,5 |
| Tocantins | 29,7 | 10,2 | 12,7 | 17,8 | 24,7 | 38,3 | 61,1 |
| Nordeste | 41,9 | 19,5 | 23,3 | 29,7 | 38,3 | 53,5 | 72,6 |
| Maranhão | 40,4 | 21,7 | 24,3 | 29,7 | 37,2 | 50,9 | 70,1 |
| Piauí | 45,5 | 21,8 | 25,4 | 32,1 | 42,1 | 60,0 | 77,4 |
| Ceará | 44,1 | 19,5 | 24,9 | 31,7 | 40,9 | 56,1 | 72,2 |
| R. G. do Norte | 34,6 | 13,0 | 16,3 | 21,1 | 29,8 | 45,2 | 65,2 |
| Paraíba | 44,0 | 22,7 | 26,7 | 33,0 | 40,0 | 51,3 | 70,7 |
| Pernambuco | 39,3 | 16,1 | 20,4 | 27,3 | 35,8 | 49,3 | 70,6 |
| Alagoas | 45,8 | 26,4 | 30,1 | 36,9 | 44,3 | 58,1 | 75,9 |
| Sergipe | 40,0 | 18,5 | 21,6 | 28,1 | 37,2 | 54,0 | 70,8 |
| Bahia | 41,9 | 18,1 | 22,0 | 28,7 | 37,8 | 54,5 | 74,9 |
| Sudeste | 20,0 | 5,1 | 6,8 | 8,9 | 12,4 | 24,1 | 48,2 |
| Minas Gerais | 23,5 | 6,3 | 8,3 | 10,9 | 15,4 | 29,1 | 52,6 |
| Espírito Santo | 20,8 | 4,8 | 6,6 | 9,4 | 13,5 | 27,0 | 51,2 |
| Rio de Janeiro | 20,7 | 5,8 | 8,2 | 10,6 | 13,9 | 24,8 | 46,5 |
| São Paulo | 14,2 | 3,2 | 4,2 | 5,6 | 7,8 | 16,3 | 40,0 |
| Sul | 11,8 | 2,6 | 3,4 | 4,3 | 6,1 | 12,7 | 28,9 |
| Paraná | 16,4 | 3,3 | 4,5 | 6,3 | 10,0 | 20,5 | 40,9 |
| Santa Catarina | 7,9 | 2,2 | 2,4 | 2,8 | 3,7 | 7,7 | 21,8 |
| R. G. do Sul | 10,1 | 2,1 | 2,7 | 3,2 | 4,1 | 9,1 | 23,8 |
| Centro-Oeste | 20,9 | 6,2 | 8,0 | 10,7 | 15,8 | 27,7 | 49,7 |
| M. G. do Sul | 23,1 | 8,4 | 10,6 | 13,4 | 18,0 | 29,1 | 52,7 |
| Mato Grosso | 21,1 | 6,5 | 8,2 | 11,5 | 17,3 | 29,5 | 50,5 |
| Goiás | 21,2 | 5,4 | 7,1 | 9,6 | 14,5 | 27,3 | 49,4 |
| Distrito Federal | 12,4 | 3,6 | 5,6 | 7,3 | 10,5 | 18,5 | 36,5 |

Fonte: Cálculo efetuado pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE, 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração de idade.

Tabela 4 – Percentual da população de 15 anos ou mais, sem instrução ou com menos de um ano de estudo, por localização e grupos etários, segundo as unidades da Federação – 1996

| Unidade da Federação | Urbano | | | | | | |
|----------------------|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|
| | 15 anos ou mais | 15 a 19 anos | 20 a 24 anos | 25 a 29 anos | 30 a 39 anos | 40 a 49 anos | 50 anos ou mais |
| Brasil | 10,5 | 3,2 | 3,5 | 4,4 | 6,0 | 10,9 | 27,9 |
| Norte | 12,0 | 3,8 | 4,1 | 5,4 | 8,5 | 15,7 | 36,2 |
| Rondônia | 11,4 | 2,6 | 3,0 | 4,2 | 7,5 | 15,7 | 41,1 |
| Acre | 16,5 | 5,9 | 7,5 | 9,3 | 13,0 | 20,8 | 44,2 |
| Amazonas | 10,9 | 4,0 | 4,0 | 5,1 | 7,9 | 14,6 | 34,6 |
| Roraima | 10,5 | 3,2 | 3,5 | 5,0 | 7,8 | 15,3 | 37,5 |
| Pará | 11,4 | 3,9 | 4,1 | 5,4 | 8,3 | 14,5 | 31,6 |
| Amapá | 11,1 | 3,7 | 4,3 | 5,4 | 8,5 | 15,5 | 38,4 |
| Tocantins | 16,1 | 3,8 | 4,3 | 6,4 | 10,4 | 21,2 | 49,9 |
| Nordeste | 18,4 | 6,2 | 7,1 | 9,2 | 12,9 | 22,0 | 44,6 |
| Maranhão | 18,0 | 5,5 | 5,9 | 8,3 | 12,8 | 23,4 | 47,3 |
| Piauí | 20,3 | 6,1 | 6,5 | 8,7 | 13,5 | 26,3 | 52,0 |
| Ceará | 19,5 | 6,3 | 7,6 | 10,0 | 14,1 | 23,8 | 45,1 |
| R. G. do Norte | 18,2 | 5,4 | 6,7 | 8,5 | 12,0 | 21,0 | 44,6 |
| Paraíba | 22,7 | 9,0 | 10,3 | 12,5 | 15,9 | 24,8 | 48,6 |
| Pernambuco | 16,8 | 5,2 | 6,2 | 8,3 | 11,5 | 18,7 | 40,7 |
| Alagoas | 24,3 | 10,9 | 12,3 | 15,4 | 20,0 | 30,2 | 51,3 |
| Sergipe | 16,4 | 6,4 | 6,7 | 8,4 | 11,8 | 20,8 | 40,9 |
| Bahia | 16,5 | 5,6 | 6,1 | 7,8 | 11,3 | 20,0 | 42,7 |
| Sudeste | 7,8 | 2,0 | 2,1 | 2,7 | 3,8 | 7,3 | 21,8 |
| Minas Gerais | 9,6 | 2,3 | 2,5 | 3,0 | 4,6 | 9,7 | 27,7 |
| Espírito Santo | 10,0 | 2,2 | 2,5 | 3,5 | 5,0 | 10,7 | 31,0 |
| Rio de Janeiro | 6,4 | 1,9 | 2,0 | 2,5 | 3,3 | 5,9 | 15,8 |
| São Paulo | 7,5 | 1,9 | 2,0 | 2,6 | 3,5 | 6,8 | 21,6 |
| Sul | 7,1 | 1,7 | 1,8 | 2,3 | 3,2 | 6,7 | 20,8 |
| Paraná | 9,7 | 1,8 | 2,1 | 2,9 | 4,7 | 10,2 | 29,1 |
| Santa Catarina | 4,8 | 1,5 | 1,4 | 1,7 | 2,1 | 4,2 | 15,1 |
| R. G. do Sul | 5,9 | 1,6 | 1,7 | 1,9 | 2,4 | 5,0 | 16,3 |
| Centro-Oeste | 10,2 | 2,3 | 2,7 | 3,8 | 5,9 | 12,0 | 33,0 |
| M. G. do Sul | 11,6 | 2,5 | 3,1 | 4,4 | 6,5 | 12,6 | 34,7 |
| Mato Grosso | 11,0 | 2,3 | 2,9 | 4,4 | 7,0 | 14,2 | 36,4 |
| Goiás | 11,2 | 2,4 | 2,8 | 3,8 | 6,0 | 13,1 | 36,2 |
| Distrito Federal | 5,8 | 1,7 | 2,1 | 2,7 | 3,8 | 7,1 | 18,9 |

Fonte: Cálculo efetuado pelo Inep/Sec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE, 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração de idade.

Desigualdades regionais

O perfil do analfabetismo mantém um forte viés regional, que reflete e reproduz as desigualdades socioeconômicas e inter-regionais existentes em nosso País. A tendência do declínio do analfabetismo embora se observe em todas as regiões, não apresenta a mesma intensidade.

Quando a situação do Nordeste é comparada com a do Sul e do Sudeste, observa-se que houve um aumento dos desníveis observados em 1980.

Em 1980, o Nordeste apresentava uma taxa de analfabetismo de 45,4%, na população de 15 anos e mais de idade, patamar 2,8 vezes ao verificado no Sul, respectivamente 16,3%. Em 1996, a taxa de analfabetismo da Região Nordeste decresceu para 26,0%, no entanto, no Sul esta foi para 8,2%, ampliando a diferença para mais de 3 vezes.

Deve-se ressaltar que um ritmo mais acelerado na redução da taxa foi registrado pela Região Centro-Oeste que, entre 1980 e 1996, registrou decréscimo de 53,2%, tornando sua taxa equivalente a 11,8%, em 1996.

**Tabela 5 – Taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais
Brasil e regiões – 1970-1996**

| Regiões | Taxa de analfabetismo (%) | | | | |
|---------------|---------------------------|-------------|-------------|---------------------|--------------------------|
| | 1970 | 1980 | 1991 | 1996 ⁽¹⁾ | Crescimento 1980/1996 |
| Brasil | 33,6 | 25,4 | 20,1 | 14,1 | -44,3 |
| Norte | 36,0 | 29,2 | 24,6 | 17,0 | -4,18 |
| Nordeste | 54,2 | 45,4 | 37,6 | 26,0 | -42,7 |
| Sudeste | 23,6 | 16,8 | 12,3 | 9,0 | -46,4 |
| Sul | 24,7 | 16,3 | 11,8 | 8,2 | -49,5 |
| Centro-Oeste | 35,5 | 25,2 | 16,7 | 11,8 | -53,2 |

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico* 1970, 1980, 1991 e *Contagem Populacional* 1996.

(1) 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

Estes indicadores apontam para a profunda desigualdade regional na oferta de oportunidades educacionais e a concentração da população nos bolsões de pobreza do País. Em 1996, dos 15,1 milhões de analfabetos, quase a metade estava na Região Nordeste, sendo que as áreas rurais desta região contabilizavam sozinhas mais de 3,5 milhões de pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo. Ressalte-se que dos 4,3 milhões de analfabetos do Sudeste, cerca de 3,3 milhões estavam, ao contrário da Região Nordeste e Norte, localizados nas áreas urbanas, provavelmente nas periferias das grandes cidades.

Analfabetismo entre jovens e jovens adultos: diferenças inter e intra-regionais

Além das bem conhecidas diferenças inter-regionais nas taxas de analfabetismo registradas no País, no interior da cada região observam-se também importantes variações de Estado para Estado que devem ser aqui consideradas. A existência de expressivas diferenças inter-regionais e intra-regionais, a serem abordadas a seguir, tem importantes implicações para as políticas públicas a serem elaboradas e implantadas, tendo em vista o melhor dimensionamento do problema a ser enfrentado.

Os esforços para superar as disparidades regionais, restabelecendo assim situações de maior equidade, requerem a adoção de políticas públicas específicas. As Regiões Sul e Sudeste promoveram ainda, na década de 80, políticas de universalização do acesso, cujos reflexos puderam ser observados na expressiva redução de suas taxas de analfabetismo; todavia, o mesmo não ocorreu nas Regiões Norte e Nordeste, onde as ações mais efetivas para a universalização do acesso são mais recentes.

Pode-se observar na tabela a seguir que os indicadores se mostraram mais positivos para as faixas etárias inferiores em todas as regiões. No entanto, é necessário concentrar esforços na erradicação do analfabetismo entre a parcela de 15 a 24 anos. Claramente, trata-se de uma diretriz de política pública inadiável, com o sentido de promover a inclusão social de segmentos que se encontram praticamente impedidos de participar autonomamente da vida democrática e do mercado de trabalho.

Tabela 6 – Taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais por grupos de idade Brasil e regiões – 1991-1996

| Regiões | Taxa de analfabetismo por faixa etária (%) | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|-------------|-----------------|-------------|
| | 15 anos ou mais | | 15 a 19 anos | | 20 a 24 anos | | 25 a 29 anos | | 30 a 39 anos | | 40 a 49 anos | | 50 anos ou mais | |
| | 1991 | 1996 | 1991 | 1996 | 1991 | 1996 | 1991 | 1996 | 1991 | 1996 | 1991 | 1996 | 1991 | 1996 |
| Brasil | 20,1 | 14,1 | 12,1 | 5,4 | 12,2 | 5,8 | 12,7 | 7,0 | 15,3 | 9,1 | 23,8 | 15,5 | 38,3 | 33,8 |
| Norte | 24,6 | 16,9 | 15,0 | 7,4 | 16 | 7,9 | 17,7 | 9,9 | 22,5 | 13,7 | 32,4 | 22,5 | 47,6 | 42,3 |
| Nordeste | 37,6 | 26,0 | 25,6 | 10,8 | 26,5 | 12,3 | 28,2 | 15,5 | 33,2 | 20,5 | 45,2 | 32,0 | 60,4 | 54,5 |
| Sudeste | 12,3 | 9,0 | 4,6 | 2,4 | 5,5 | 2,6 | 6,2 | 3,3 | 8,3 | 4,6 | 14,6 | 8,9 | 27,6 | 24,4 |
| Sul | 11,8 | 8,2 | 3,7 | 1,9 | 4,6 | 2,1 | 5,4 | 2,7 | 7,9 | 3,8 | 14,4 | 8,0 | 28,0 | 22,8 |
| Centro-Oeste | 16,7 | 11,8 | 6,5 | 2,8 | 8,0 | 3,5 | 9,6 | 4,8 | 13,2 | 7,3 | 22,8 | 14,3 | 40,9 | 35,8 |
| Taxa de crescimento 1991/1996 | | | | | | | | | | | | | | |
| Brasil | -29,6 | -55,7 | -52,8 | -44,7 | -40,5 | -35,0 | -11,7 | | | | | | | |
| Norte | -31,3 | -50,5 | -50,4 | -43,9 | -39,2 | -30,7 | -11,1 | | | | | | | |
| Nordeste | -30,8 | -57,8 | -53,7 | -45,1 | -38,4 | -29,1 | -9,8 | | | | | | | |
| Sudeste | -26,8 | -48,6 | -52,4 | -46,2 | -44,9 | -39,4 | -11,5 | | | | | | | |
| Sul | -30,7 | -49,5 | -53,5 | -50,2 | -52,0 | -44,3 | -18,6 | | | | | | | |
| Centro-Oeste | -29,4 | -56,3 | -56,3 | -49,7 | -44,6 | -37,2 | -12,5 | | | | | | | |

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico* 1991, PNAD 1996 e *Contagem Populacional* 1996.

Notas: (1) População analfabeta da Região Norte rural estimada, em 1996, pelo Seec/Inep.

(2) 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

O desafio de erradicar o analfabetismo, mesmo priorizando as faixas etárias mais jovens, requer a implementação de uma estratégia de política social que envolva ampla mobilização da sociedade e que corresponda às diferentes realidades subnacionais com programas diversificados voltados para populações com características específicas como o caso do Sudeste, onde o problema está concentrado nas periferias urbanas e no Norte e Nordeste, nas áreas rurais.

A seguir serão destacadas informações referentes à condição de alfabetização das populações de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos para as diferentes regiões do País, procurando identificar áreas onde o esforço concentrado deve ser realizado, bem como indicando situações em que o decréscimo das taxas foi mais expressivo de modo a suscitar uma investigação mais profunda que permita o conhecimento e a disseminação de ações mais efetivas no combate ao analfabetismo.

Região Norte

Apesar de registrar taxas de analfabetismo, para as faixas etárias de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, mais altas que as médias nacionais, a Região Norte conheceu entre 1991 e 1996 uma redução próxima às registradas para o conjunto do País.

Com exceção do Estado de Tocantins, todos os demais registraram decréscimo das taxas em ritmo menos intenso que o verificado para a média nacional nestas faixas etárias.

Observa-se ainda que entre todos os Estados da Região Norte, o Acre é o único que, no período, não conseguiu reduzir suas taxas de analfabetismo do patamar de dois para um dígito (14,1% na faixa etária entre 15 e 19 anos, e 16,6% na faixa entre 20 e 24 anos).

Em relação à faixa etária de 20 a 24 anos, os Estados de Rondônia, do Pará e de Tocantins foram aqueles que apresentaram os patamares mais baixos para a

região. Estes Estados registraram expressiva redução das taxas no período recente, respectivamente, 56,6%, 52,6% e 64,1%, entre 1991 e 1996.

Entre todas as regiões, a Região Norte é a que apresenta as mais acentuadas variações intra-regionais, o que em parte pode ser explicado por sua extensão territorial, diversidade geográfica e diferentes intensidades de desenvolvimento econômico e de fluxos migratórios.

**Tabela 7 – Taxa de analfabetismo nas faixas etárias de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos
Região Norte**

| Unidade da Federação | Taxa de analfabetismo (%) | | | | | |
|----------------------|---------------------------|------------|-----------------------|--------------|------------|-----------------------|
| | 15 a 19 anos | | | 20 a 24 anos | | |
| | 1991 | 1996 | Crescimento 1991/1996 | 1991 | 1996 | Crescimento 1991/1996 |
| Brasil | 12,1 | 5,4 | -55,7 | 12,2 | 5,8 | -52,8 |
| Norte | 15,0 | 7,4 | -50,5 | 16,0 | 7,9 | -50,4 |
| Rondônia | 7,2 | 3,5 | -51,8 | 9,9 | 4,3 | -56,6 |
| Acre | 26,1 | 14,1 | -46,1 | 27,9 | 16,6 | -40,6 |
| Amazonas | 16,6 | 9,3 | -43,8 | 16,4 | 9,5 | -41,9 |
| Roraima | 9,7 | 6,5 | -33,1 | 10,8 | 7,3 | -32,6 |
| Pará | 15,5 | 7,4 | -52,1 | 16,4 | 7,8 | -52,6 |
| Amapá | 9,7 | 4,8 | -50,5 | 10,8 | 5,3 | -51,2 |
| Tocantins | 15,1 | 5,5 | -63,8 | 18,2 | 6,5 | -64,1 |

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico 1991 e Contagem Populacional 1996.*

Nota: 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

Região Nordeste

Em 1996, entre todas as regiões, o Nordeste registrou as mais elevadas taxas de analfabetismo, seja entre os jovens de 15 a 19 anos, seja entre os de 20 a 24.

Entre os nove Estados da região, as taxas de analfabetismo da população com 15 a 19 anos variaram, em 1996, de 7,6%, no Rio Grande do Norte, a 16,6%, em Alagoas. No Nordeste, apenas os Estados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco conseguiram reduzir para um dígito suas taxas de analfabetismo tanto entre os jovens de 15 a 19 anos, quanto entre aqueles com 20 a 24 anos de idade.

Deve-se ressaltar que esses dois Estados apresentaram ritmo mais intenso de decréscimo, entre 1991 e 1996, de suas taxas de analfabetos.

**Tabela 8 – Taxa de analfabetismo nas faixas etárias de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos
Região Nordeste**

| Unidade da Federação | Taxa de analfabetismo (%) | | | | | |
|----------------------|---------------------------|------------|-----------------------|--------------|------------|-----------------------|
| | 15 a 19 anos | | | 20 a 24 anos | | |
| | 1991 | 1996 | Crescimento 1991/1996 | 1991 | 1996 | Crescimento 1991/1996 |
| Brasil | 12,1 | 5,4 | -55,7 | 12,2 | 5,8 | -52,8 |
| Nordeste | 25,6 | 10,8 | -57,8 | 26,5 | 12,3 | -53,7 |
| Maranhão | 26,3 | 12,8 | -51,5 | 28,8 | 14,0 | -51,3 |
| Piauí | 27,2 | 12,5 | -53,9 | 27,7 | 13,8 | -50,3 |
| Ceará | 25,3 | 10,3 | -59,2 | 25,8 | 12,4 | -52,1 |
| R. G. do Norte | 23,6 | 7,6 | -67,9 | 24,5 | 9,3 | -62,0 |
| Paraíba | 30,4 | 13,5 | -55,7 | 30,3 | 15,1 | -50,2 |
| Pernambuco | 23,1 | 8,1 | -64,9 | 24,5 | 9,5 | -61,0 |
| Alagoas | 34,5 | 16,6 | -51,8 | 35,7 | 18,4 | -48,3 |
| Sergipe | 24,5 | 10,0 | -59,0 | 25,1 | 10,9 | -56,6 |
| Bahia | 23,9 | 10,2 | -57,4 | 24,6 | 11,6 | -52,9 |

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico 1991* e *Contagem Populacional 1996*.

Nota: 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

Região Sudeste

A Região Sudeste, apesar de registrar taxas em patamares reduzidos, teve um desempenho inferior à média nacional, em termos do ritmo do decréscimo de suas taxas entre 1991 e 1996, indicando que a erradicação do analfabetismo entre os grupos mais jovens é um desafio complexo.

O Estado de São Paulo, por exemplo, apesar de em 1996 registrar as menores taxas da região, foi justamente aquele cujo decréscimo, entre 1991 e 1996, foi o menos expressivo. Situação semelhante pode ser observada no Rio de Janeiro entre a faixa etária de 15 a 19 anos. Nos demais Estados da região, as taxas diminuíram em mais da metade.

No entanto, na Região Sudeste, pode-se distinguir dois subgrupos: o primeiro, formado por São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentam taxas cujo patamar era igual ou próximo a 2% e o segundo, por Minas Gerais e Espírito Santo, com taxas superiores às verificadas no primeiro grupo.

**Tabela 9 – Taxa de analfabetismo nas faixas etárias de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos
Região Sudeste**

| Unidade da Federação | Taxa de analfabetismo (%) | | | | | |
|----------------------|---------------------------|------------|-----------------------|--------------|------------|-----------------------|
| | 15 a 19 anos | | | 20 a 24 anos | | |
| | 1991 | 1996 | Crescimento 1991/1996 | 1991 | 1996 | Crescimento 1991/1996 |
| Brasil | 12,1 | 5,4 | -55,7 | 12,2 | 5,8 | -52,8 |
| Sudeste | 4,6 | 2,4 | -48,6 | 5,5 | 2,6 | -52,4 |
| Minas Gerais | 7,4 | 3,2 | -57,3 | 7,9 | 3,7 | -53,5 |
| Espírito Santo | 6,3 | 2,8 | -56,0 | 8,2 | 3,4 | -58,1 |
| Rio de Janeiro | 4,5 | 2,1 | -53,9 | 5,1 | 2,3 | -54,6 |
| São Paulo | 3,0 | 2,0 | -32,7 | 4,3 | 2,2 | -49,6 |

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico 1991*, *PNAD 1996* e *Contagem Populacional 1996*.

Nota: 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

Região Sul

A região permanece registrando as menores parcelas de jovens sem instrução ou com menos de um ano de estudo desde 1991.

No período recente, o destaque pode ser dado ao Estado de Santa Catarina. De fato, se em 1991 o Rio Grande do Sul registrava as menores taxas de analfabetismo entre jovens nas faixas etárias entre 15 e 19 anos (3,3%) e entre 20 e 24 anos (3,9%), em 1996 Santa Catarina passou a registrar as melhores taxas (1,6 % e 1,7% respectivamente). Ressalte-se que a velocidade do decréscimo das taxas verificada em Santa Catarina foi bem expressiva, sendo, no caso da população de 20 a 24 anos, superior inclusive ao registrado para a média nacional.

**Tabela 10 – Taxa de analfabetismo nas faixas etárias de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos
Região Sul**

| Unidade da Federação | Taxa de analfabetismo (%) | | | | | |
|----------------------|---------------------------|------------|-----------------------|--------------|------------|-----------------------|
| | 15 a 19 anos | | | 20 a 24 anos | | |
| | 1991 | 1996 | Crescimento 1991/1996 | 1991 | 1996 | Crescimento 1991/1996 |
| Brasil | 12,1 | 5,4 | -55,7 | 12,2 | 5,8 | -52,8 |
| Sul | 3,7 | 1,9 | -49,5 | 4,6 | 2,1 | -53,5 |
| Paraná | 4,2 | 2,1 | -49,1 | 5,6 | 2,6 | -52,8 |
| Santa Catarina | 3,6 | 1,6 | -54,3 | 4,4 | 1,7 | -62,4 |
| R. G. do Sul | 3,3 | 1,7 | -48,0 | 3,9 | 1,9 | -51,9 |

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico 1991* e *Contagem Populacional 1996*.

Nota: 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

Região Centro-Oeste

Situada em uma posição intermediária entre as regiões que apresentam os piores e os melhores índices de analfabetismo (Norte e Nordeste e Sul e Sudeste, respectivamente), a Região Centro-Oeste vem apresentando um desempenho que tende a aproximá-la cada vez mais do grupo de melhor situação em termos da alfabetização de sua população.

Na região, destaca-se o Distrito Federal como a unidade da Federação que registrou em 1996 taxas de analfabetismo muito próximas às verificadas na Região Sul, o que em parte se explica por suas características particulares, que são as altas taxas de urbanização e renda. A redução foi, no entanto, mais intensa nos Estados de Mato Grosso e de Goiás.

**Tabela 11 – Taxa de analfabetismo nas faixas etárias de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos
Região Centro-Oeste**

| Unidade da Federação | Taxa de analfabetismo (%) | | | | | |
|----------------------|---------------------------|------------|-----------------------|--------------|------------|-----------------------|
| | 15 a 19 anos | | | 20 a 24 anos | | |
| | 1991 | 1996 | Crescimento 1991-1996 | 1991 | 1996 | Crescimento 1991-1996 |
| Brasil | 12,1 | 5,4 | -55,7 | 12,2 | 5,8 | -52,8 |
| Centro-Oeste | 6,5 | 2,8 | -56,3 | 8,0 | 3,5 | -56,3 |
| M. G. do Sul | 6,6 | 3,4 | -48,2 | 8,5 | 4,4 | -48,6 |
| Mato Grosso | 8,0 | 3,3 | -59,0 | 10,2 | 4,1 | -59,3 |
| Goiás | 6,8 | 2,8 | -58,8 | 8,0 | 3,4 | -58,1 |
| Distrito Federal | 3,7 | 1,9 | -49,9 | 4,9 | 2,3 | -52,7 |

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico* 1991 e *Contagem Populacional* 1996.

Nota: 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

No entanto, para inserir os jovens no exercício pleno da cidadania e ampliar suas oportunidades de ingresso no mercado de trabalho,¹ não basta saber ler e escrever.

Estudos recentes apontam a conclusão de certos mínimos de escolaridade – situados em torno do ensino fundamental completo – como as bases necessárias para um bom desempenho nos diferentes âmbitos da vida social, seja no mundo do trabalho, na vida familiar, na esfera cultural, na participação política e social.

Esta concepção amplia, portanto, o escopo da população a ser atingida, pois é ainda elevado, mesmo entre os jovens, o número daqueles que não concluíram as oito séries de escolaridade obrigatória.

A seguir, serão apresentados os dados relativos à instrução média da população jovem brasileira.

¹Deve-se ressaltar que, no período recente, observa-se uma reduzida capacidade de incorporação de jovens ao mercado de trabalho. Entre estes, as taxas de desemprego situam-se em patamares expressivos e houve uma redução significativa das taxas de participação. Os sinais emitidos pelo mercado de trabalho sinalizam para uma elevação dos requisitos de escolaridade. Nesse sentido, a continuidade dos estudos torna-se vital dada a seletividade existente.

Escolaridade da população

Os dados censitários sobre a instrução da população disponíveis para o ano de 1996 indicam que, mesmo entre as faixas mais jovens, o quadro ainda é preocupante. Na faixa etária de 15 a 19 anos, 21,7% dos jovens não concluíram o equivalente às quatro séries iniciais do ensino básico e 66,7% não completaram os oito anos de escolaridade obrigatória. Os índices para a faixa etária de 20 a 24 anos, apesar de melhores, confirmam o fenômeno da escolarização tardia e do atraso devido à repetência: 20,1% não concluíram as quatro séries iniciais e 55,9% não adquiriram a escolaridade básica de oito anos.

**Tabela 12 – Distribuição da população por anos de estudo concluídos, segundo grupos de idade
Brasil – 1996**

| Grupos de idade | Classes de anos de estudo (%) | | | | |
|-----------------|-------------------------------|------|-------|----------|-----------|
| | Menos de 4 | 4 | 5 a 7 | 8 e mais | S/inform. |
| 10 a 14 | 53,1 | 18,7 | 26,4 | 0,9 | 1,0 |
| 15 a 19 | 21,7 | 12,8 | 32,2 | 32,4 | 1,0 |
| 20 a 24 | 20,1 | 13,1 | 22,7 | 43,3 | 0,8 |
| 25 a 29 | 21,9 | 14,8 | 19,9 | 42,7 | 0,7 |
| 30 a 39 | 25,7 | 17,6 | 15,4 | 40,2 | 1,1 |
| 40 a 49 | 36,1 | 19,9 | 11,2 | 32,3 | 0,6 |
| 50 a 59 | 49,7 | 20,6 | 8,0 | 21,2 | 0,5 |
| 60 ou mais | 63,0 | 17,8 | 5,8 | 12,9 | 0,5 |

Fonte: IBGE. *Contagem Populacional* 1996.

A seguir, serão destacadas informações relativas aos jovens de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, procurando fornecer maiores detalhes sobre a condição de frequência à escola e sobre a modalidade de ensino cursada, a partir do recorte entre a população estudante e a que não estava frequentando escola.

Deve-se ressaltar que os dados relativos à frequência à escola obtidos pela *Contagem Populacional* referem-se à data de realização da entrevista, que ocorreu no segundo semestre de 1996.

Os dados coletados pelo *Censo Escolar* quanto ao total de estudantes não são, portanto, idênticos aos obtidos pelo IBGE, dado que entre março, período de referência do *Censo Escolar* e da coleta da *Contagem*, ocorrem situações como a de abandono e evasão da escola.

Jovens de 15 a 19 anos

Entre os jovens de 15 a 19 anos, cerca de 42% afirmaram não freqüentar escola em 1996. No entanto, cerca de 46% haviam abandonado os estudos, tendo concluído no máximo quatro anos de estudo.

Observa-se que a parcela fora da escola, apesar de expressiva, está distribuída de forma relativamente homogênea entre as diferentes regiões, variando de 40,5%, no Nordeste, a 47,6%, na Região Sul. No entanto, quando se verifica a escolaridade adquirida, as diferenças são marcantes.

**Tabela 13 – Distribuição dos jovens de 15 a 19 anos que não freqüentavam escola, por nível de escolaridade adquirida
Brasil – 1996**

| Regiões | % fora da escola | Última série concluída | | |
|---------------|------------------|------------------------|-------------|-------------|
| | | Menos de 5 | 5 a 7 | 8 ou mais |
| Brasil | 41,7 | 46,3 | 30,5 | 23,2 |
| Norte | 42,0 | 59,2 | 26,7 | 14,1 |
| Nordeste | 40,5 | 65,4 | 21,9 | 12,6 |
| Sudeste | 40,6 | 36,0 | 33,9 | 30,1 |
| Sul | 47,6 | 33,6 | 36,5 | 29,9 |
| Centro-Oeste | 41,6 | 41,4 | 36,4 | 22,2 |

Fonte: IBGE. *Contagem Populacional 1996*.

De fato, as Regiões Norte e Nordeste apresentam parcela expressiva de jovens que estavam fora da escola com níveis muito elementares de instrução. O Sudeste, ao contrário, registra um melhor perfil de escolaridade entre os jovens que não estavam freqüentando escola. Os dados referentes à Região Sul indicam uma situação em que devem ser realizados esforços para a conclusão das oito séries básicas.

Diferenças intra-regionais podem também ser verificadas, quanto ao perfil de escolaridade dos jovens de 15 a 19 anos fora da escola.

Na Região Norte, os Estados do Pará e de Tocantins, apresentam parcela expressiva de jovens com, no máximo, quatro anos de estudo, respectivamente 63,3% e 60,4%. No Nordeste, Alagoas exibe o pior perfil, onde apenas 27% destes jovens haviam ultrapassado com sucesso as quatro séries iniciais.

Tabela 14 – Distribuição dos jovens de 15 a 19 anos que não frequentavam escola, por nível de escolaridade adquirida Brasil, regiões e unidades da Federação – 1996

| Unidades da Federação | Total de jovens fora da escola | Nenhuma | 1ª a 4ª | 5ª a 7ª | 8ª ou mais |
|-----------------------|--------------------------------|------------|-------------|-------------|-------------|
| Brasil | 6.629.951 | 0,6 | 45,7 | 30,5 | 23,2 |
| Norte | 522.151 | 0,5 | 58,7 | 26,7 | 14,1 |
| Rondônia | 74.918 | 0,2 | 56,6 | 29,2 | 14,0 |
| Acre | 20.797 | 0,4 | 58,3 | 28,4 | 13,0 |
| Amazonas | 102.927 | 0,6 | 53,1 | 29,9 | 16,4 |
| Roraima | 9.811 | 0,1 | 45,0 | 35,3 | 19,5 |
| Pará | 254.740 | 0,6 | 62,8 | 24,0 | 12,7 |
| Amapá | 14.940 | 0,2 | 44,8 | 34,8 | 20,2 |
| Tocantins | 44.018 | 0,4 | 60,0 | 25,3 | 14,2 |
| Nordeste | 1.919.055 | 1,5 | 63,9 | 21,9 | 12,6 |
| Maranhão | 233.836 | 2,1 | 62,7 | 21,4 | 13,8 |
| Piauí | 128.223 | 1,6 | 71,6 | 16,2 | 10,6 |
| Ceará | 277.384 | 2,0 | 60,3 | 23,2 | 14,6 |
| Rio Grande do Norte | 103.724 | 0,8 | 57,0 | 26,3 | 15,8 |
| Paraíba | 141.428 | 2,6 | 66,1 | 20,4 | 10,8 |
| Pernambuco | 314.573 | 0,9 | 57,3 | 26,9 | 14,9 |
| Alagoas | 117.812 | 1,1 | 67,4 | 21,2 | 10,4 |
| Sergipe | 65.985 | 0,9 | 66,6 | 22,2 | 10,2 |
| Bahia | 536.090 | 1,5 | 68,0 | 19,6 | 11,0 |
| Sudeste | 2.661.143 | 0,2 | 35,8 | 33,9 | 30,1 |
| Minas Gerais | 756.121 | 0,2 | 52,1 | 30,3 | 17,4 |
| Espírito Santo | 136.072 | 0,1 | 40,5 | 32,1 | 27,2 |
| Rio de Janeiro | 484.673 | 0,2 | 33,4 | 34,7 | 31,7 |
| São Paulo | 1.284.277 | 0,1 | 26,5 | 36,0 | 37,4 |
| Sul | 1.060.587 | 0,1 | 33,5 | 36,5 | 29,9 |
| Paraná | 418.430 | 0,1 | 38,4 | 33,7 | 27,9 |
| Santa Catarina | 236.661 | 0,0 | 37,3 | 32,1 | 30,5 |
| Rio Grande do Sul | 405.496 | 0,1 | 26,3 | 41,9 | 31,7 |
| Centro-Oeste | 467.015 | 0,2 | 41,2 | 36,4 | 22,2 |
| Mato Grosso do Sul | 89.321 | 0,2 | 40,0 | 38,6 | 21,2 |
| Mato Grosso | 112.563 | 0,2 | 46,4 | 35,4 | 18,0 |
| Goiás | 201.732 | 0,3 | 42,9 | 35,9 | 20,9 |
| Distrito Federal | 63.399 | 0,1 | 28,0 | 36,9 | 34,9 |

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE, 1996.

Notas: (1) Não inclui as pessoas sem declaração.

(2) Inclui as pessoas que frequentam curso de pré-vestibular.

No Sudeste, apesar do quadro mais favorável, em Minas Gerais cerca de 52% dos jovens haviam parado seus estudos tendo concluído, no máximo, quatro anos de estudo. A Região Sul parece ter conseguido avanços, em relação às outras regiões, ao apresentar parcelas menos expressivas de jovens com, no máximo, quatro anos de estudo. De fato, mesmo no Paraná, que exibe a maior parcela de jovens fora da escola com esta instrução, esta se situa no patamar de 38,5%. Torna-se preocupante, no entanto, a indicação que nesta região aparentemente os esforços de escolarização

não tenham continuidade, dado que a maior parcela deixa de freqüentar a escola sem concluir as oito séries básicas.

A Região Centro-Oeste, que apresenta uma situação intermediária, registra diferenças marcantes entre o Distrito Federal e os demais Estados. O perfil de escolaridade dos jovens que abandonaram seus estudos no Distrito Federal é muito próximo ao exibido por São Paulo, onde mais de um terço tem, pelo menos, o fundamental completo, ao passo que nos demais Estados a proporção com este nível de ensino varia de 18% a 21%.

Os dados da *Contagem Populacional* informam que 58,3% dos jovens de 15 a 19 anos participavam em alguma modalidade do ensino, em 1996. Estudantes freqüentando o ensino fundamental eram maioria, estando a maior parcela (44,8%) cursando entre a 5ª e a 8ª série do fundamental (Tabela 15), indicando que o problema da distorção idade/série mostrava-se ainda alarmante, pois estes jovens deveriam, em tese, estar cursando, no mínimo, o ensino médio.

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se ao fato de a maioria dos estudantes estar freqüentando cursos regulares, indicando que programas como os das classes de aceleração da aprendizagem devem ser estimulados, promovendo assim a correção do fluxo escolar, bem como a adoção simultânea de medidas específicas para combater a repetência e o abandono.

A participação das matrículas em cursos supletivos,² nesta faixa etária, é muito pequena, sendo, como esperado, maior nas séries iniciais. No entanto, os dados da *Contagem Populacional* indicam que o atendimento em cursos supletivos é extremamente baixo, dado que apenas 2,9% do total de jovens de 15 a 19 anos que freqüentavam classes de 1ª a 4ª do fundamental faziam cursos supletivos.

²A captação de dados sobre a freqüência em cursos supletivos pelo *Censo Populacional* considera apenas os cursos presenciais.

Tabela 15 – Estudantes de 15 a 19 anos, por nível de ensino freqüentado, segundo modalidade de ensino Brasil e regiões – 1996

| Região e modalidade | Nível de ensino | | | | |
|---------------------|------------------|---------------|------------------|------------------|-------------------|
| | Total | Alfabetização | Fundamental | | Médio ou superior |
| | | | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | |
| Brasil | | 20.860 | 1.218.216 | 4.146.110 | 3.866.291 |
| Total | 9.251.477 | 0,2 | 13,2 | 44,8 | 41,8 |
| Regular | 9.108.992 | 0,0 | 97,1 | 98,3 | 99,6 |
| Supletivo | 142.485 | 100,0 | 2,9 | 1,7 | 0,4 |
| Norte | | 1.871 | 150.343 | 369.719 | 198.633 |
| Total | 720.566 | 0,3 | 20,9 | 51,3 | 27,6 |
| Regular | 690.891 | 0,0 | 93,4 | 95,4 | 99,6 |
| Supletivo | 29.675 | 100,0 | 6,6 | 4,6 | 0,4 |
| Nordeste | | 10.913 | 723.830 | 1.376.227 | 710.155 |
| Total | 2.821.125 | 0,4 | 25,7 | 48,8 | 25,2 |
| Regular | 2.790.757 | 0,0 | 99,0 | 99,2 | 99,8 |
| Supletivo | 30.368 | 100,0 | 1,0 | 0,8 | 0,2 |
| Sudeste | | 5.380 | 240.131 | 1.640.874 | 2.001.234 |
| Total | 3.887.619 | 0,1 | 6,2 | 42,2 | 51,5 |
| Regular | 3.838.291 | 0,0 | 95,0 | 98,4 | 99,7 |
| Supletivo | 49.328 | 100,0 | 5,0 | 1,6 | 0,3 |
| Sul | | 1.825 | 47.489 | 436.563 | 681.700 |
| Total | 1.167.577 | 0,2 | 4,1 | 37,4 | 58,4 |
| Regular | 1.145.281 | 0,0 | 93,1 | 97,2 | 99,3 |
| Supletivo | 22.296 | 100,0 | 6,9 | 2,8 | 0,7 |
| Centro-Oeste | | 871 | 56.423 | 322.727 | 274.569 |
| Total | 654.590 | 0,1 | 8,6 | 49,3 | 41,9 |
| Regular | 643.772 | 0,0 | 95,5 | 98,3 | 99,3 |
| Supletivo | 10.818 | 100,0 | 4,5 | 1,7 | 0,7 |

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Sec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentavam curso de pré-vestibular.

Por regiões, observa-se que a freqüência em cursos supletivos de 1ª a 4ª do fundamental é maior na Região Sul e na Norte, respectivamente, 6,9% e 6,6% dos alunos.

A participação em cursos supletivos neste nível de ensino não apresenta muita diferenciação entre as unidades da Federação. Destaque pode ser dado aos Estados do Amapá e de Roraima, onde respectivamente, 21,2%, e 18,4%, dos alunos de 1ª a 4ª, com idade entre 15 a 19 anos, cursavam supletivo (as tabelas com dados desagregados por unidades da Federação podem ser encontradas no Anexo de Tabelas).

Jovens de 20 a 24 anos

Pelos dados da *Contagem Populacional*, em 1996, cerca de 81% do total de jovens de 20 a 24 anos não estavam freqüentando a escola. Apesar de apresentar um perfil de escolaridade melhor que o verificado entre a população de 15 a 19 anos, neste grupo etário, ainda pode ser encontrada uma grande parcela com no máximo quatro anos de estudo (34,2%) e apenas 40,3% tinham concluído, pelo menos, os oito anos de escolaridade básica. Isto significa dizer que 59,7% destes jovens, o que equivale a mais de 6,5 milhões de jovens, precisariam voltar à escola para completar a escolarização básica e, dada a faixa etária, provavelmente em cursos supletivos.

Observa-se que a parcela de jovens de 20 a 24 anos fora da escola variou de 78,7% na Região Norte a 83,3%, na Região Sul. No entanto, quanto ao perfil de escolaridade obtido por esta população, as Regiões Nordeste e Norte apresentavam um quadro mais crítico. Nestas áreas mais de 40% haviam abandonado os estudos, tendo concluído no máximo quatro anos de estudo. No entanto, mesmo nas regiões mais desenvolvidas, é relativamente pequena a parcela com os oito anos de escolaridade básica, conforme se pode verificar na Tabela 16.

**Tabela 16 – Distribuição dos jovens de 20 a 24 anos que não freqüentavam escola, por nível de escolaridade adquirida
Brasil – 1996**

| Regiões | % fora da escola | Última série concluída | | |
|---------------|------------------|------------------------|-------------|-------------|
| | | Menos de 5 | 5 a 7 | 8 ou mais |
| Brasil | 80,6 | 34,2 | 25,4 | 40,3 |
| Norte | 78,7 | 42,1 | 24,6 | 33,2 |
| Nordeste | 79,6 | 46,8 | 22,3 | 30,9 |
| Sudeste | 80,6 | 27,8 | 25,9 | 46,2 |
| Sul | 83,3 | 28,9 | 27,9 | 43,2 |
| Centro-Oeste | 80,5 | 30,3 | 29,6 | 40,2 |

Fonte: IBGE. *Contagem Populacional* 1996.

A Região Nordeste apresenta o perfil de escolaridade mais desfavorável, estando os Estados do Piauí e da Paraíba, em pior situação. Nestes Estados, mais de 50% dos jovens de 20 a 24 anos que pararam de estudar, em 1996, não haviam ultrapassado as quatro séries iniciais. Nesta região, apenas o Amapá apresenta um quadro menos crítico, dado que 44% tinham concluído ao menos o ensino fundamental (Tabela 17).

**Tabela 17 – Distribuição dos jovens de 20 a 24 anos que não freqüentavam escola, por nível de escolaridade adquirida
Brasil, regiões e unidades da Federação – 1996**

| Unidade da Federação | Total jovens fora da escola | Nenhuma | 1ª a 4ª | 5ª a 7ª | 8ª ou mais |
|----------------------|-----------------------------|------------|-------------|-------------|-------------|
| Brasil | 10.910.760 | 0,4 | 33,8 | 25,4 | 40,3 |
| Norte | 786.771 | 0,3 | 41,8 | 24,6 | 33,2 |
| Rondônia | 97.328 | 0,2 | 46,0 | 25,4 | 28,4 |
| Acre | 29.827 | 0,4 | 44,2 | 24,0 | 31,5 |
| Amazonas | 159.238 | 0,4 | 34,5 | 26,9 | 38,3 |
| Roraima | 16.243 | 0,1 | 32,4 | 28,2 | 39,3 |
| Pará | 386.761 | 0,4 | 44,6 | 23,1 | 31,8 |
| Amapá | 27.498 | 0,2 | 29,0 | 26,8 | 44,0 |
| Tocantins | 69.876 | 0,3 | 43,8 | 24,8 | 31,1 |
| Nordeste | 2.871.419 | 1,0 | 45,8 | 22,3 | 30,9 |
| Maranhão | 324.521 | 1,4 | 45,6 | 20,5 | 32,5 |
| Piauí | 167.091 | 1,1 | 53,5 | 18,6 | 26,8 |
| Ceará | 434.599 | 1,2 | 43,8 | 23,3 | 31,7 |
| Rio Grande do Norte | 167.761 | 0,6 | 39,8 | 24,9 | 34,7 |
| Paraíba | 199.753 | 1,5 | 49,2 | 21,8 | 27,5 |
| Pernambuco | 495.872 | 0,7 | 40,0 | 25,7 | 33,6 |
| Alagoas | 166.243 | 0,7 | 47,7 | 23,3 | 28,3 |
| Sergipe | 107.421 | 0,6 | 46,4 | 23,7 | 29,3 |
| Bahia | 808.158 | 1,0 | 49,0 | 20,2 | 29,8 |
| Sudeste | 4.776.776 | 0,1 | 27,7 | 25,9 | 46,2 |
| Minas Gerais | 1.178.444 | 0,2 | 40,2 | 26,1 | 33,5 |
| Espírito Santo | 207.922 | 0,1 | 33,3 | 24,3 | 42,3 |
| Rio de Janeiro | 915.975 | 0,1 | 23,5 | 25,0 | 51,4 |
| São Paulo | 2.474.435 | 0,1 | 22,8 | 26,4 | 50,7 |
| Sul | 1.660.814 | 0,1 | 28,8 | 27,9 | 43,2 |
| Paraná | 663.682 | 0,1 | 32,3 | 25,4 | 42,2 |
| Santa Catarina | 362.803 | 0,0 | 33,0 | 23,4 | 43,7 |
| Rio Grande do Sul | 634.329 | 0,1 | 22,8 | 33,1 | 44,0 |
| Centro-Oeste | 814.980 | 0,2 | 30,1 | 29,6 | 40,2 |
| Mato Grosso do Sul | 139.693 | 0,2 | 30,5 | 32,1 | 37,3 |
| Mato Grosso | 173.998 | 0,2 | 36,4 | 30,0 | 33,5 |
| Goiás | 359.217 | 0,2 | 31,4 | 30,1 | 38,4 |
| Distrito Federal | 142.072 | 0,1 | 18,9 | 25,3 | 55,7 |

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Notas: (1) Não inclui as pessoas sem declaração.

(2) Inclui as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Nos Estados da Região Norte, ainda se verificam parcelas expressivas de jovens que abandonaram seus estudos sem um nível instrucional satisfatório, esta situação é mais crítica nos Estados de Rondônia e do Pará.

Os jovens de 20 a 24 anos da Região Sudeste que não freqüentavam escola exibem o melhor perfil, sendo que nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, a maioria já havia concluído, pelo menos, os oito anos de escolaridade básica. No entanto, mesmo nestes Estados ações supletivas mostravam-se necessárias.

A Região Sul apresenta um perfil mais homogêneo entre seus Estados, onde mais de 40% dos jovens de 20 a 24 anos, que abandonaram os estudos, haviam concluído o ensino fundamental.

Na Região Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal, onde cerca de 56% dos jovens haviam concluído pelo menos os oito anos de escolaridade básica, os demais apresentavam uma parcela expressiva que variava de 31% a 37% com no máximo quatro anos de estudo.

Entre os jovens de 20 a 24 anos, a parcela estudante correspondia a 19,4% do total, o que contabiliza mais de 2,6 milhões de jovens, sendo que a maioria já havia concluído o ensino fundamental e estava cursando o nível médio ou superior.

Em 1996, havia cerca de 793 mil jovens com idade entre 20 a 24 anos, que cursavam o ensino fundamental, no entanto, apenas 9,5% em cursos supletivos.

Por regiões, observa-se que a freqüência a cursos supletivos de 1ª a 4ª do fundamental é maior nas Regiões Sul e Sudeste, onde 24% e 17,4% destes estudantes de 20 a 24 anos de 1ª a 4ª freqüentavam cursos supletivos (Tabela 18).

Entre os alunos com idade entre 20 a 24 anos que freqüentavam cursos de 5ª a 8ª série, a parcela matriculada em cursos supletivos correspondia a 9,4%. Este percentual era maior nas Regiões Sul (19,1%) e Norte (13,2%). No Anexo, podem ser encontradas as tabelas com os dados relativos às unidades da Federação.

Tabela 18 – Estudantes de 20 a 24 anos, por nível de ensino freqüentado, segundo modalidade de ensino Brasil e regiões – 1996

| Região e modalidade | Nível de ensino | | | | |
|---------------------|------------------|---------------|----------------|----------------|-------------------|
| | Total | Alfabetização | Fundamental | | Médio ou superior |
| | | | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | |
| Brasil | | 0,5 | 7,1 | 23,1 | 69,3 |
| Total | 2.629.541 | 13.248 | 186.123 | 606.961 | 1.823.209 |
| Regular | 2.515.909 | 0,0 | 90,1 | 90,6 | 98,6 |
| Supletivo | 113.632 | 100,0 | 9,9 | 9,4 | 1,4 |
| Norte | | 0,5 | 10,6 | 29,8 | 59,1 |
| Total | 213.078 | 1.033 | 22.585 | 63.484 | 125.976 |
| Regular | 198.446 | 0,0 | 83,8 | 86,8 | 98,8 |
| Supletivo | 14.632 | 100,0 | 16,2 | 13,2 | 1,2 |
| Nordeste | | 0,8 | 13,5 | 31,2 | 54,6 |
| Total | 736.017 | 5.539 | 99.066 | 229.588 | 401.824 |
| Regular | 717.997 | 0,0 | 96,9 | 96,9 | 99,4 |
| Supletivo | 18.020 | 100,0 | 3,1 | 3,1 | 0,6 |
| Sudeste | | 0,4 | 4,0 | 18,7 | 76,9 |
| Total | 1.150.068 | 4.577 | 46.077 | 215.230 | 884.184 |
| Regular | 1.099.664 | 0,0 | 82,6 | 87,5 | 98,8 |
| Supletivo | 50.404 | 100,0 | 17,4 | 12,5 | 1,2 |
| Sul | | 0,4 | 2,6 | 15,0 | 82,0 |
| Total | 332.541 | 1.409 | 8.536 | 49.899 | 272.697 |
| Regular | 312.463 | 0,0 | 76,0 | 80,9 | 97,4 |
| Supletivo | 20.078 | 100,0 | 24,0 | 19,1 | 2,6 |
| Centro-Oeste | | 0,3 | 5,0 | 24,6 | 70,0 |
| Total | 197.837 | 690 | 9.859 | 48.760 | 138.528 |
| Regular | 187.339 | 0,0 | 83,7 | 89,9 | 97,6 |
| Supletivo | 10.498 | 100,0 | 16,3 | 10,1 | 2,4 |

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentavam curso de pré-vestibular.

Conforme pode ser observado pelas informações anteriores, a maior parte dos estudantes jovens, tanto na faixa etária de 15 a 19 anos quanto na de 20 a 24 anos, não cursavam programas de educação de jovens e adultos. A pequena participação dos cursos supletivos deve, no entanto, ser melhor analisada, pois pode estar relacionada à oferta deficitária desta modalidade de ensino, seja em termos do número de vagas, seja da existência de cursos em locais ou horários mais convenientes para a freqüência dos alunos.

O próximo item procura trazer maiores informações sobre os cursos supletivos. A partir dos dados do *Censo Escolar*, serão destacados aspectos relativos à evolução das matrículas e sobre a participação das diferentes esferas de governo na oferta destes cursos.

Deve-se ressaltar, no entanto, que o *Censo Escolar* capta informações relativas apenas aos cursos supletivos com avaliação no processo, sendo, portanto, excluídos

os cursos supletivos não-presenciais, bem como aqueles que não realizam avaliações durante o curso.

Outra ressalva refere-se ao fato de que na seção seguinte serão fornecidas informações sobre as matrículas em supletivos com avaliação no processo, independentemente da idade do estudante.

Em 1999, do total de estudantes matriculados em cursos presenciais com avaliação no processo, a grande maioria era constituída por jovens de 15 a 24 anos (54,4%), sendo 28,5% com idade entre 15 a 19 anos, e 25,5%, jovens de 20 a 24 anos. Adultos com mais de 24 anos correspondiam a 42,4% e os 3,2% restantes eram de estudantes com menos de 15 anos.

A tabela a seguir apresenta o crescimento entre 1995 e 1999 das matrículas por faixas etárias segundo os tipos de cursos freqüentados. Como o questionário do *Censo Escolar* de 1995 não permite a desagregação para as faixas etárias superiores a 19 anos, a comparação está sendo feita em apenas três grupos de idade.

**Tabela 19 – Crescimento das matrículas em cursos presenciais com avaliação no processo, por nível/modalidade de ensino
Brasil – 1995-1999**

| Idades | Total | Fundamental | Médio | Alfabetização | Profissionalizantes |
|---------|-------|-------------|-------|---------------|---------------------|
| < 15 | 7,0 | 4,3 | -40,3 | -8,9 | 164,2 |
| 15 a 19 | -30,6 | -33,4 | 54,3 | -45,5 | -65,1 |
| > 19 | 42,7 | 24,7 | 104,0 | 203,2 | 1,1 |
| Total | 8,4 | -4,8 | 93,1 | 66,4 | -20,8 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Educação de jovens e adultos

Em 1999, mais de três milhões de estudantes foram atendidos em cursos presenciais com avaliação durante o processo. Este contingente, captado pelo *Censo Escolar*, exclui os programas sem avaliação que são oferecidos em geral por ONGs.

A Tabela 20 mostra que, entre 1995 e 1999, houve um aumento expressivo do número de estabelecimentos que oferecem educação de jovens e adultos. Este crescimento foi determinado principalmente pela expansão da rede municipal, que ultrapassou inclusive a rede estadual, majoritária até 1997, em número de estabelecimentos. Dos 17.250 estabelecimentos existentes, em 1999, mais de 47% eram municipais. A rede estadual, ao contrário, apresentou redução nesse mesmo período. Essa expansão da rede municipal é coerente com o que determina a *Constituição* nas suas Disposições Transitórias, que incumbe aos municípios, e supletivamente aos Estados e à União o provimento de cursos presenciais para jovens e adultos.

**Tabela 20 – Número de estabelecimentos que oferecem educação de jovens e adultos por dependência administrativa
Brasil – 1995-1999**

| Período | Estabelecimentos por dependência administrativa | | | | |
|---------------------|---|---------|----------|-----------|------------|
| | Total | Federal | Estadual | Municipal | Particular |
| 1995 | 11.879 | 7 | 7.455 | 2.995 | 1.422 |
| 1997 | 16.100 | 11 | 8.279 | 5.813 | 1.997 |
| 1999 | 17.250 | 15 | 6.973 | 8.187 | 2.075 |
| Taxa de Crescimento | | | | | |
| 1995/1999 | 45,2 | 114,3 | -6,5 | 173,4 | 45,9 |
| Distribuição | | | | | |
| 1995 | 100,0 | 0,1 | 62,8 | 25,2 | 12,0 |
| 1997 | 100,0 | 0,1 | 51,4 | 36,1 | 12,4 |
| 1999 | 100,0 | 0,1 | 40,4 | 47,5 | 12,0 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

No entanto, quando se analisa o número de matrículas por dependência administrativa, observa-se que a participação da rede estadual permaneceu majoritária, pouco se alterando entre 1995 e 1999. Cerca de 61% dos alunos estavam matriculados em escolas estaduais em 1999, indicando, portanto, que o atendimento

realizado pelas escolas municipais é mais pulverizado em estabelecimentos menores que os estaduais.

Deve-se ainda ressaltar que os cursos presenciais com avaliação são predominantemente públicos. A oferta privada, que inclui os cursos promovidos pelas ONGs, veio decrescendo, chegando a menos de 13% das matrículas em 1999. No período considerado, houve inclusive redução das matrículas na rede particular, ao contrário do observado entre as instituições públicas. Entre essas, destaca-se a expressiva ampliação das matrículas na rede municipal, como mostra a Tabela 21.

Tabela 21 – Número de alunos matriculados em cursos presenciais com avaliação no processo por dependência administrativa Brasil – 1995-1999

| Período | Alunos matriculados por dependência administrativa | | | | |
|---------------------|--|---------|-----------|-----------|------------|
| | Total | Federal | Estadual | Municipal | Particular |
| 1995 | 2.752.214 | 594 | 1.657.384 | 563.296 | 530.940 |
| 1997 | 2.881.770 | 1.609 | 1.808.161 | 683.078 | 388.922 |
| 1999 | 3.069.684 | 1.978 | 1.871.620 | 821.321 | 374.765 |
| Taxa de crescimento | | | | | |
| 1995/1999 | 11,5 | 233,0 | 12,9 | 45,8 | -29,4 |
| Distribuição | | | | | |
| 1995 | 100,0 | 0,0 | 60,2 | 20,5 | 19,3 |
| 1997 | 100,0 | 0,1 | 62,7 | 23,7 | 13,5 |
| 1999 | 100,0 | 0,1 | 60,9 | 26,8 | 12,2 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

O aumento registrado das matrículas em cursos presenciais não se deu, contudo, de maneira uniforme entre os diferentes níveis de ensino. No período considerado, houve expressivo aumento das matrículas no Ensino Médio (93,1%) e nos cursos de alfabetização (66,4%), pequeno decréscimo no Ensino Fundamental (-1,1%) e considerável redução nos cursos profissionalizantes (-20,8), como mostra a Tabela 22.

Tabela 22 – Número de alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo por nível de ensino Brasil – 1995-1999

| Período | Alunos matriculados em cursos presenciais | | | |
|---------------------|---|-------------|---------|----------------------------|
| | Alfabetização | Fundamental | Médio | Cursos profissionalizantes |
| 1995 | 97.257 | 2.136.508 | 340.046 | 178.403 |
| 1997 | 144.116 | 2.210.325 | 390.925 | 136.404 |
| 1999 | 161.791 | 2.112.214 | 656.572 | 141.329 |
| Taxa de Crescimento | | | | |
| 1995/1999 | 66,4 | -1,1 | 93,1 | -20,8 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Apesar do decréscimo verificado no período recente, o número de matrículas no Ensino Fundamental seguiu sendo bem superior aos demais níveis de ensino. Pode-se ressaltar que esse pequeno decréscimo foi, contudo, acompanhado de um expressivo aumento do número de matrículas de jovens com 15 anos ou mais no Ensino Fundamental regular.

A percentagem dos alunos com mais de 14 anos de idade, matriculados no ensino fundamental regular, aumentou substancialmente, entre 1995 e 1999. Neste período, o crescimento total das matrículas foi da ordem de 10,8%; no entanto, as matrículas de alunos com mais de 14 anos cresceram mais de três vezes.

Tabela 23 – Matrículas no Ensino Fundamental regular, por grupos de idade, segundo regiões – 1995-1999

| Regiões | Total | | Menos de 7 anos | | 7 a 14 anos | | Mais de 14 anos | |
|---------------|-------------------|----------------------|-----------------|----------------------|-------------------|----------------------|------------------|----------------------|
| | Matrículas 1999 | Cresc. 1995/1999 (%) | Matrículas 1999 | Cresc. 1995/1999 (%) | Matrículas 1999 | Cresc. 1995/1999 (%) | Matrículas 1999 | Cresc. 1995/1999 (%) |
| Brasil | 36.059.742 | 10,8 | 568.880 | -7,1 | 27.016.884 | 4,7 | 8.473.978 | 38,1 |
| Norte | 3.293.266 | 19,1 | 50.323 | 12,7 | 2.426.957 | 13,7 | 815.986 | 39,2 |
| Nordeste | 12.492.156 | 23,1 | 236.883 | 40,6 | 8.436.174 | 12,5 | 3.819.099 | 54,0 |
| Sudeste | 13.187.969 | 2,3 | 114.542 | 7,8 | 10.507.595 | -1,4 | 2.565.832 | 20,1 |
| Sul | 4.472.374 | 1,6 | 119.552 | -46,3 | 3.767.570 | 1,9 | 585.252 | 21,5 |
| C.Oeste | 2.613.977 | 12,0 | 47.580 | -32,7 | 1.878.588 | 3,9 | 687.809 | 51,1 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

As razões para este fato podem estar relacionadas a um movimento de reingresso de alunos que haviam se evadido no decorrer do curso. Neste caso, o aumento do número de alunos com mais de 14 anos estaria revelando um esforço dos evadidos em retornar à escola para completar a escolaridade obrigatória.

Este aumento pode ainda estar ligado à transferência de alunos matriculados em cursos supletivos para regulares, que podem, por sua vez, estar relacionados aos maiores atrativos gerados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), levando os sistemas de ensino a estimular a frequência em cursos regulares.

A existência de uma parcela significativa de estudantes com mais de 14 anos de idade em cursos regulares decorre, no entanto, da ainda elevada taxa de distorção idade/série verificada em nosso País. Apesar da melhoria observada no período recente, continua sendo um grave problema.

De fato, a taxa de distorção idade/série cai de 64,1%, em 1991, para 46,6%, em 1998, como se verifica na Tabela 24. A redução foi mais acentuada nas séries iniciais, tendência que certamente está associada à iniciativa de muitos sistemas de ensino de implantar o ciclo básico, eliminando dessa forma o problema da reprovação. Esta política ainda não produziu efeito sobre as séries finais, que continuam exibindo taxas históricas de distorção mais elevadas, especialmente a 5ª série (54,3%).

**Tabela 24 – Ensino Fundamental – Taxa de distorção idade/série
Brasil e Regiões – 1982-1998**

| Região/Ano | Séries (%) | | | | | | | |
|---------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | Total | 1ª série | 2ª série | 3ª série | 4ª série | 5ª série | 6ª série | 7ª série |
| Brasil | | | | | | | | |
| 1982 | 76,2 | 71,9 | 76,5 | 77,2 | 76,6 | 80,4 | 80,2 | 79,8 |
| 1991 | 64,1 | 59,5 | 62,6 | 63,3 | 62,7 | 70,2 | 68,6 | 67,4 |
| 1998 | 46,6 | 38,2 | 43,9 | 44,5 | 45,7 | 54,3 | 52,5 | 52,0 |
| Norte | | | | | | | | |
| 1982 | 84,4 | 78,2 | 87,3 | 88,3 | 87,9 | 90,2 | 90,0 | 90,0 |
| 1991 | 79,0 | 72,5 | 81,0 | 81,6 | 81,4 | 84,3 | 83,1 | 81,8 |
| 1998 | 61,3 | 51,2 | 62,3 | 64,5 | 64,9 | 69,7 | 67,4 | 65,7 |
| Nordeste | | | | | | | | |
| 1982 | 85,1 | 80,9 | 87,0 | 87,8 | 87,6 | 89,7 | 89,2 | 88,9 |
| 1991 | 80,6 | 75,7 | 82,9 | 82,6 | 81,6 | 84,5 | 82,9 | 82,6 |
| 1998 | 64,1 | 54,1 | 65,0 | 67,7 | 66,2 | 72,2 | 69,2 | 70,2 |
| Sudeste | | | | | | | | |
| 1982 | 69,8 | 61,0 | 68,9 | 70,7 | 70,5 | 76,2 | 76,2 | 75,7 |
| 1991 | 54,7 | 39,6 | 49,0 | 53,8 | 54,1 | 64,5 | 63,5 | 61,6 |
| 1998 | 34,2 | 14,7 | 22,6 | 25,6 | 34,3 | 43,9 | 45,5 | 45,4 |
| Sul | | | | | | | | |
| 1982 | 70,5 | 64,3 | 70,1 | 71,1 | 71,7 | 74,2 | 74,8 | 74,3 |
| 1991 | 43,8 | 33,3 | 38,1 | 40,0 | 44,3 | 52,5 | 53,0 | 52,6 |
| 1998 | 25,8 | 10,5 | 17,6 | 21,4 | 24,0 | 35,8 | 33,1 | 32,2 |
| Centro-Oeste | | | | | | | | |
| 1982 | 80,8 | 73,7 | 80,8 | 82,9 | 83,0 | 86,6 | 86,0 | 86,3 |
| 1991 | 65,9 | 55,0 | 63,1 | 65,0 | 65,5 | 73,9 | 72,9 | 72,1 |
| 1998 | 45,5 | 25,1 | 36,3 | 42,2 | 43,4 | 56,7 | 58,0 | 57,5 |

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: Deve-se considerar a idade recomendada para cada série/nível de ensino, ou seja, 7 anos para a 1ª série do Ensino Fundamental, 8 anos para a 2ª série e, assim, sucessivamente.

Do ponto de vista regional, observa-se que os problemas mais graves da distorção idade/série se concentram nas Regiões Nordeste e Norte, que apresentam as piores taxas, de 64,1% e 61,3%, respectivamente. O contraste fica mais pronunciado quando essas taxas são comparadas ao índice de distorção idade/série da Região Sul, o menor do País (25,8%).

A existência de um contingente não desprezível de alunos com defasagem faz com que políticas que visem ao aumento da eficiência dos sistemas de ensino sejam inadiáveis. Os programas de aceleração da aprendizagem, que estão sendo implantados nas diversas regiões, orientam-se nesta direção (Tabela 25). Consistem na criação de classes especiais, com atendimento pedagógico adequado para os alunos que apresentam distorção idade/série de dois anos ou mais, de forma a permitir que completem, em prazo reduzido, a aprendizagem necessária para serem integrados em classes mais adiantadas, adequadas à sua idade.

**Tabela 25 – Matrícula em classes de aceleração no ensino fundamental
Brasil e regiões – 1998**

| Brasil e regiões | Matrículas em classe de aceleração | |
|------------------|------------------------------------|---------------|
| | Total geral | Rural |
| Brasil | 1.189.998 | 64.031 |
| Norte | 29.454 | 2.890 |
| Nordeste | 411.719 | 33.380 |
| Sudeste | 56.964 | 18.157 |
| Sul | 153.789 | 7.142 |
| Centro-Oeste | 31.072 | 2.462 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Infelizmente, o programa das classes de aceleração é difícil de ser implantado na zona rural, cujas escolas são, freqüentemente, unidocentes, abrangem apenas as séries iniciais, funcionam em prédios muito pequenos e abrigam poucos alunos. Para esta população, criou-se outro programa, em 1998, chamado Escola Ativa, no contexto das atividades do Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola).

O declínio proporcional das matrículas nos cursos profissionalizantes, que englobam os cursos de aprendizagem e de suplência profissionalizante, mostra que a esse nível de Ensino Supletivo vem sendo dada pouca importância, e que sua revitalização pode representar um avanço significativo nos níveis de escolarização da população jovem e adulta. Tendo em vista que essa população já se encontra em idade de participar do mercado de trabalho, a suplência de ensino pela via dos cursos profissionalizantes pode se constituir um meio efetivo de, a um só tempo, elevar o nível de escolarização da população, dando-lhe maiores chances de renda e emprego.

A seguir, serão apresentadas informações sobre as matrículas dos alunos em cursos presenciais, segundo o nível/modalidade de ensino freqüentado.

Embora constitucionalmente caiba ao município prover a educação de jovens e adultos, o que se observa é que a educação supletiva encontra-se compartilhada, ainda que de forma desigual e de acordo com o nível de ensino, entre as diferentes esferas do poder público e a iniciativa privada.

A rede estadual tem presença marcante no Ensino Médio (73%) e no Fundamental (60,6%). Nos demais níveis de ensino, a participação dos Estados na oferta de matrículas, embora menor, não é inferior a um terço.

A participação dos municípios é maior nos cursos de alfabetização (49,2%) e embora seja expressiva no nível fundamental, não chega nele a ultrapassar um terço.

O setor privado, por sua vez, destaca-se na oferta de vagas no ensino profissionalizante, como era de se esperar, mas também atinge proporções não desprezíveis no Ensino Médio (22,9%) e Fundamental (14,3%).

**Tabela 26 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais,
com avaliação no processo, por dependência administrativa e nível de ensino
Brasil – 1999**

| Nível/Modalidade | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
|--------------------|--------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| Total | 100,0 | 60,9 | 0,1 | 26,8 | 12,2 |
| Alfabetização | 100,0 | 36,4 | 0,1 | 49,2 | 14,3 |
| Fundamental | 100,0 | 60,6 | 0,03 | 33,0 | 6,35 |
| Médio | 100,0 | 73,0 | 0,1 | 4,0 | 22,9 |
| Profissionalizante | 100,0 | 37,2 | 0,4 | 14,8 | 47,5 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Esse quadro assume, contudo, contornos diversos nas diferentes regiões do País, como pode ser observado na Tabela 8.

Ainda que se verifique, em todas as regiões, uma presença maior de alunos matriculados em cursos de Ensino Fundamental, as Regiões Sudeste e Sul destacam-se pela maior participação relativa de cursos de nível médio, ao passo que no Nordeste o destaque fique com as matrículas em cursos de alfabetização.

Tabela 27 – distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo Brasil e Regiões – 1999

| Regiões | Matrícula por nível de ensino/curso | | | | |
|---------------|-------------------------------------|-------------|-------------|---------------|----------------------------|
| | Total | Fundamental | Médio | Alfabetização | Cursos profissionalizantes |
| 1995 | | | | | |
| Brasil | 2.832.345 | 78,3 | 12,0 | 3,4 | 6,3 |
| Norte | 270.328 | 87,8 | 7,4 | 3,2 | 1,6 |
| Nordeste | 572.270 | 81,1 | 5,3 | 8,2 | 5,4 |
| Sudeste | 1.426.322 | 78,5 | 12,5 | 1,9 | 7,1 |
| Sul | 295.453 | 69,1 | 24,4 | 2,0 | 4,6 |
| Centro-Oeste | 267.972 | 71,4 | 15,0 | 3,1 | 10,6 |
| 1999 | | | | | |
| Brasil | 3.071.906 | 68,8 | 21,4 | 5,3 | 4,6 |
| Norte | 381.079 | 86,0 | 9,0 | 4,3 | 0,7 |
| Nordeste | 651.030 | 75,7 | 8,7 | 11,1 | 4,5 |
| Sudeste | 1.258.704 | 64,5 | 29,3 | 2,0 | 4,3 |
| Sul | 547.912 | 61,7 | 22,5 | 7,3 | 8,5 |
| Centro-Oeste | 233.181 | 61,1 | 31,2 | 3,7 | 4,0 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A rede particular só tem tido participação significativa na oferta de vagas em Ensino Supletivo nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, não passando de 3,5% no Norte e 5,4% no Nordeste em 1999. Nesta região, em compensação, as redes municipais chegaram a registrar mais de 40% das matrículas, que no País, como um todo, não passaram de 26,8%.

Tabela 28 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa, por regiões – 1999

| Regiões | Dependência administrativa | | | | |
|---------------|----------------------------|----------|---------|-----------|------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 3.071.906 | 60,9 | 0,1 | 26,8 | 12,2 |
| Norte | 381.079 | 68,4 | 0,2 | 27,9 | 3,5 |
| Nordeste | 651.030 | 52,6 | 0,1 | 41,8 | 5,4 |
| Sudeste | 1.258.704 | 56,4 | 0,0 | 26,9 | 16,7 |
| Sul | 547.912 | 73,0 | 0,0 | 11,4 | 15,5 |
| Centro-Oeste | 233.181 | 67,8 | 0,1 | 18,7 | 13,4 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Por nível de ensino, observa-se que o decréscimo (4,7%) constatado nas matrículas no Ensino Fundamental supletivo, entre 1995 e 1999, foi determinado basicamente pelo desempenho do Sudeste e do Centro-Oeste, dado que nas demais regiões, houve crescimento, em especial na Região Sul (Tabela 29)

O crescimento das matrículas em cursos presenciais de nível médio, por sua vez, ocorreu de forma generalizada, com destaque para a Região Sudeste. Ao contrário do ocorrido entre os cursos de alfabetização onde o Sudeste foi a única região que apresentou um decréscimo, entre 1995 e 1999, no número de matrículas neste tipo de curso.

No período considerado, com exceção da Região Sul, todas as demais regiões reduziram o número de matriculados em cursos profissionalizantes. Esta retração foi maior nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Tabela 29 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo Brasil e regiões – 1999

| Regiões | Matrícula por nível de ensino/curso | | | | |
|---------------|-------------------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------------------|
| | Total | Fundamental | Médio | Alfabetização | Cursos profissionalizantes |
| 1999 | | | | | |
| Brasil | 3.071.906 | 2.112.214 | 656.572 | 161.791 | 141.329 |
| Norte | 381.079 | 327.749 | 34.379 | 16.380 | 2.571 |
| Nordeste | 651.030 | 492.649 | 56.858 | 72.262 | 29.261 |
| Sudeste | 1.258.704 | 811.431 | 369.052 | 24.551 | 53.670 |
| Sul | 547.912 | 337.824 | 123.522 | 40.000 | 46.566 |
| Centro-Oeste | 233.181 | 142.561 | 72.761 | 8.598 | 9.261 |
| | Crescimento 1995/1999 | | | | |
| Brasil | 8,5 | -4,7 | 93,1 | 66,4 | -20,8 |
| Norte | 41,0 | 38,1 | 71,6 | 88,1 | -39,6 |
| Nordeste | 13,8 | 6,1 | 87,9 | 54,1 | -5,7 |
| Sudeste | -11,8 | -27,5 | 107,8 | -11,3 | -47,0 |
| Sul | 85,4 | 65,5 | 71,5 | 591,9 | 244,9 |
| Centro-Oeste | -13,0 | -25,5 | 81,4 | 4,7 | -67,3 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A seguir, são destacadas informações que reafirmam importantes diferenças intra-regionais referentes às matrículas realizadas em cursos presenciais com avaliação no processo de alfabetização e de ensino fundamental (no Anexo de tabelas, podem ser encontradas informações sobre os demais cursos/modalidades de ensino).

Cursos presenciais de alfabetização com avaliação no processo

A Região Norte apresentava em 1996 pouco mais de 16 mil matrículas em cursos de alfabetização, o que equivale a 10,1% do total de alunos matriculados em todo o território nacional em cursos de alfabetização. Os Estados do Amazonas e do Pará concentravam sozinhos cerca de 75% do total das matrículas regionais. A maior

parte dos alunos desses Estados freqüentava estabelecimentos de ensino municipais (Tabela 30). É interessante observar que nos demais Estados, com exceção de Rondônia, a maior parte das matrículas, ao contrário do observado nos Estados do Amazonas e do Pará, estava concentrada em estabelecimentos estaduais.

Tabela 30 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de alfabetização, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Norte – 1999

| Região Norte | Dependência administrativa | | | | |
|---------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 161.791 | 36,4 | 0,1 | 49,2 | 14,3 |
| Norte | 16.380 | 25,3 | 0,3 | 72,5 | 1,9 |
| Rondônia | 1.293 | 69,8 | 0,0 | 28,0 | 2,2 |
| Acre | 626 | 93,6 | 0,0 | 6,4 | 0,0 |
| Amazonas | 7.620 | 7,5 | 0,0 | 90,1 | 2,5 |
| Roraima | 233 | 31,8 | 0,0 | 68,2 | 0,0 |
| Pará | 4.632 | 19,1 | 0,9 | 78,7 | 1,3 |
| Amapá | 1.771 | 63,5 | 0,0 | 34,1 | 2,4 |
| Tocantins | 205 | 0,0 | 0,0 | 100,0 | 0,0 |

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A Região Nordeste contava, em 1996, com mais de 72 mil alunos matriculados em cursos de alfabetização, o que correspondia a cerca de 44,7% do total de matrículas neste tipo de curso no País (Tabela 31). Os Estados do Ceará e de Pernambuco, por sua vez, agregavam sozinhos 56% do total das matrículas da região. Pode-se destacar que nestes Estados a matrícula de alunos na rede municipal foi mais expressiva que nos outros Estados. Ressalte-se ainda que a região apresenta uma diversidade muito grande em relação à participação por rede de ensino.

Tabela 31 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de alfabetização, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Nordeste– 1999

| Região Nordeste | Dependência administrativa | | | | |
|---------------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 161.791 | 36,4 | 0,1 | 49,2 | 14,3 |
| Nordeste | 72.262 | 28,1 | 0,1 | 67,8 | 4,0 |
| Maranhão | 7.141 | 38,3 | 0,0 | 59,7 | 2,0 |
| Piauí | 1.327 | 58,3 | 0,0 | 41,7 | 0,0 |
| Ceará | 28.314 | 11,8 | 0,0 | 86,6 | 1,6 |
| Rio Grande do Norte | 5.744 | 16,7 | 0,9 | 73,7 | 8,7 |
| Paraíba | 5.250 | 59,9 | 0,0 | 36,4 | 3,8 |
| Pernambuco | 11.960 | 31,4 | 0,2 | 65,2 | 3,2 |
| Alagoas | 8.271 | 51,9 | 0,0 | 42,4 | 5,8 |
| Sergipe | 2.852 | 47,2 | 0,0 | 48,9 | 3,9 |
| Bahia | 1.403 | 0,0 | 0,0 | 56,5 | 43,5 |

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A Região Sudeste possuía cerca de 24 mil alunos matriculados em cursos de alfabetização, o que equivale a pouco mais de 15% do total nacional de matrículas neste tipo de curso (Tabela 32). O Estado de São Paulo detinha cerca de 60% do total das matrículas regionais. Pode-se destacar que nesse Estado, a rede particular era

responsável por 57% das matrículas, nos demais Estados da região, alunos da rede pública eram majoritários.

Tabela 32 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de alfabetização, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Sudeste – 1999

| Região Sudeste | Dependência administrativa | | | | |
|----------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 161.791 | 36,4 | 0,1 | 49,2 | 14,3 |
| Sudeste | 24.551 | 24,4 | 0,1 | 39,2 | 36,3 |
| Minas Gerais | 532 | 0,0 | 0,0 | 82,7 | 17,3 |
| Espírito Santo | 4.725 | 75,4 | 0,0 | 23,9 | 0,6 |
| Rio de Janeiro | 4.629 | 50,0 | 0,0 | 40,5 | 9,5 |
| São Paulo | 14.665 | 0,7 | 0,2 | 42,1 | 56,9 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Cerca de um quarto do total de alunos matriculados em cursos de alfabetização freqüentava escolas na Região Sul, o que correspondia a 40 mil alunos (Tabela 33). O Estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, concentrava sozinho cerca de 83% do total das matrículas nesta região. A participação da rede estadual é majoritária em todos os Estados da Região Sul.

Tabela 33 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de alfabetização, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Sul – 1999

| Região Sul | Dependência administrativa | | | | |
|-------------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 161.791 | 36,4 | 0,1 | 49,2 | 14,3 |
| Sul | 40.000 | 57,8 | 0,0 | 15,0 | 27,2 |
| Paraná | 2.977 | 77,5 | 0,0 | 22,5 | 0,0 |
| Santa Catarina | 3.854 | 79,1 | 0,0 | 20,2 | 0,6 |
| Rio Grande do Sul | 33.169 | 53,6 | 0,0 | 13,7 | 32,7 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A Região Centro-Oeste apresentava, em 1996, 8.598 alunos matriculados em cursos de alfabetização, o que corresponde a apenas 5,3% do total de matrículas existentes neste tipo de curso no País. O Distrito Federal contabilizava sozinho 58% do total das matrículas dos cursos de alfabetização nesta região. A quase totalidade em cursos desenvolvidos em estabelecimentos estaduais. Deve-se ressaltar que os demais Estados da região apresentam, ao contrário do Distrito Federal, uma supremacia da rede municipal, com destaque para o Estado de Goiás, onde 94% das matrículas eram em estabelecimentos municipais (Tabela 34).

Tabela 34 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de alfabetização, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Centro-Oeste – 1999

| Região Centro-Oeste | Dependência administrativa | | | | |
|---------------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 161.791 | 36,4 | 0,1 | 49,2 | 14,3 |
| Centro-Oeste | 8.598 | 62,2 | 0,0 | 35,6 | 2,1 |
| Mato Grosso do Sul | 604 | 17,1 | 0,0 | 64,2 | 18,7 |
| Mato Grosso | 415 | 37,3 | 0,0 | 61,4 | 1,2 |
| Goiás | 2.575 | 5,2 | 0,0 | 94,0 | 0,8 |
| Distrito Federal | 5.004 | 99,1 | 0,0 | 0,0 | 0,9 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Cursos presenciais de ensino fundamental com avaliação no processo

A maior parte dos alunos de cursos supletivos de ensino fundamental freqüentava estabelecimentos estaduais (61%); no entanto, existem diferenças regionais e intra-regionais que serão destacadas a seguir.

A Região Norte tinha cerca de 328 mil alunos matriculados em supletivos de ensino fundamental, o que corresponde à cerca de 15% do total de matrículas em todo o território nacional (Tabela 35). O Estado do Pará concentrava sozinho cerca de 57% do total das matrículas da região. Com exceção do Estado de Tocantins, onde a maioria dos alunos freqüentava cursos em estabelecimentos municipais, nos demais Estados era majoritária a presença de alunos em escolas estaduais.

Tabela 35 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de ensino fundamental, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Norte – 1999

| Região Norte | Dependência administrativa | | | | |
|---------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 2.112.214 | 60,6 | 0,0 | 33,0 | 6,4 |
| Norte | 327.749 | 69,3 | 0,1 | 28,7 | 1,9 |
| Rondônia | 34.265 | 83,2 | 0,0 | 11,2 | 5,5 |
| Acre | 20.211 | 89,6 | 0,0 | 10,1 | 0,3 |
| Amazonas | 53.901 | 60,1 | 0,1 | 38,0 | 1,7 |
| Roraima | 3.780 | 92,6 | 0,3 | 7,0 | 0,0 |
| Pará | 186.656 | 64,3 | 0,2 | 34,3 | 1,2 |
| Amapá | 28.180 | 87,0 | 0,0 | 10,3 | 2,7 |
| Tocantins | 756 | 5,7 | 0,0 | 51,7 | 42,6 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Cerca de 23% do total de matrículas de supletivo de ensino fundamental estavam concentradas na Região Nordeste. Os Estados de Pernambuco e Ceará, por sua vez, detinham cerca de 45% do total das matrículas da região (Tabela 36). Nesses Estados, a participação das escolas municipais era majoritária, da mesma forma que na Bahia, onde 64,7% dos alunos estavam matriculados em estabelecimentos municipais. Nos demais Estados da região, com exceção do Maranhão, onde a matrícula se distribui de forma mais uniforme entre a rede estadual e municipal, a presença da rede estadual é mais expressiva.

Tabela 36 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de ensino fundamental, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Nordeste – 1999

| Região Nordeste | Dependência administrativa | | | | |
|---------------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 2.112.214 | 60,6 | 0,0 | 33,0 | 6,4 |
| Nordeste | 492.649 | 55,2 | 0,0 | 41,5 | 3,2 |
| Maranhão | 62.611 | 49,8 | 0,0 | 46,1 | 4,1 |
| Piauí | 28.187 | 82,9 | 0,0 | 13,7 | 3,4 |
| Ceará | 96.811 | 44,3 | 0,0 | 50,8 | 5,0 |
| Rio Grande do Norte | 67.592 | 72,1 | 0,1 | 26,3 | 1,6 |
| Paraíba | 33.753 | 76,5 | 0,0 | 20,8 | 2,7 |
| Pernambuco | 127.278 | 45,3 | 0,1 | 52,7 | 1,9 |
| Alagoas | 36.295 | 55,8 | 0,0 | 41,7 | 2,5 |
| Sergipe | 34.559 | 64,3 | 0,0 | 35,3 | 0,4 |
| Bahia | 5.563 | 0,0 | 0,0 | 64,7 | 35,3 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A Região Sudeste contabilizava mais de 811 mil matrículas neste nível de ensino, o que representa cerca de 39% do total das matrículas nacionais (Tabela 37). O Estado de São Paulo, por sua vez, concentra sozinho 67% das matrículas da região. A participação das redes estadual e municipal mostrou-se bem equilibrada neste Estado. As matrículas na rede estadual eram majoritárias nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Em Minas Gerais, o destaque fica por conta da rede particular, que concentrava cerca de 41% do total das matrículas.

Tabela 37 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de ensino fundamental, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Sudeste – 1999

| Região Sudeste | Dependência administrativa | | | | |
|----------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 2.112.214 | 60,6 | 0,0 | 33,0 | 6,4 |
| Sudeste | 811.431 | 52,7 | 0,0 | 38,5 | 8,8 |
| Minas Gerais | 13.748 | 10,2 | 0,7 | 47,6 | 41,5 |
| Espírito Santo | 57.969 | 84,3 | 0,0 | 14,9 | 0,7 |
| Rio de Janeiro | 193.146 | 72,9 | 0,0 | 14,2 | 12,9 |
| São Paulo | 546.568 | 43,3 | 0,0 | 49,3 | 7,4 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A maior parte das matrículas em todos os Estados da Região Sul era efetuada em estabelecimentos estaduais, com destaque para o Paraná, onde a participação desta rede era superior a 89%. Ressalte-se que esse Estado, sozinho, concentrava cerca de 54% do total das matrículas da região (Tabela 38).

**Tabela 38 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de ensino fundamental, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Sul – 1999**

| Região Sul | Dependência administrativa | | | | |
|-------------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 2.112.214 | 60,6 | 0,0 | 33,0 | 6,4 |
| Sul | 337.824 | 75,9 | 0,0 | 13,9 | 10,3 |
| Paraná | 183.187 | 89,2 | 0,0 | 9,8 | 1,0 |
| Santa Catarina | 86.001 | 67,4 | 0,0 | 25,4 | 7,1 |
| Rio Grande do Sul | 68.636 | 50,8 | 0,0 | 10,3 | 38,9 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A Região Centro-Oeste agregava cerca de 7% do total das matrículas em cursos supletivos de ensino fundamental, sendo o Distrito Federal a unidade federada com maior participação na região (Tabela 39). Cerca de 42% do total das matrículas eram de estudantes desta área. Destaque pode ser dado ao fato de cerca de 97% do total de matrículas pertencer à rede pública no Distrito Federal.

**Tabela 39 – distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de ensino fundamental, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Centro-Oeste – 1999**

| Região Centro-Oeste | Dependência administrativa | | | | |
|---------------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 2.112.214 | 60,6 | 0,0 | 33,0 | 6,4 |
| Centro-Oeste | 142.561 | 68,3 | 0,0 | 27,5 | 4,2 |
| Mato Grosso do Sul | 31.500 | 63,0 | 0,0 | 29,6 | 7,4 |
| Mato Grosso | 16.997 | 65,5 | 0,0 | 32,1 | 2,3 |
| Goiás | 34.001 | 24,3 | 0,2 | 72,0 | 3,5 |
| Distrito Federal | 60.063 | 96,7 | 0,0 | 0,0 | 3,3 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Considerações finais

Embora ao longo da década tenham sido realizados avanços indiscutíveis, com ampliação das oportunidades para a população jovem e adulta, a erradicação do analfabetismo, mesmo entre as parcelas da população mais jovem, mostra-se uma tarefa complexa que exigirá a articulação de esforços, tanto governamentais como não-governamentais para grupos mais vulneráveis, como aqueles localizados nas áreas rurais e nas periferias urbanas.

Os avanços obtidos no campo da alfabetização indicam que a meta de redução dos índices de analfabetismo, a metade daqueles vigentes em 1990, só deve ser alcançada nos grupos etários mais jovens, devido basicamente à melhoria das condições de acesso das novas gerações ao ensino fundamental. No entanto, mesmo nestas faixas etárias, o analfabetismo funcional apresenta-se como um fenômeno de grandes proporções.

Outro aspecto a ser salientado refere-se às desigualdades regionais no acesso à educação. No entanto, deve-se ressaltar que os dados analisados referem-se, em sua maioria, à situação encontrada em 1996, não captando, portanto, os impactos de programas específicos como o Projeto Nordeste, Bolsa-Escola e das Classes de Aceleração de Aprendizagem, bem como dos diversos projetos desenvolvidos pelo Comunidade Solidária.

A exemplo do que acontece em outros países, as ONGs têm se tornado, no Brasil, um fator extremamente atuante na área educacional, incluindo sindicatos, associações laicas e religiosas, instituições comunitárias e filantrópicas. Suas ações tendem a se concentrar em áreas nas quais sua contribuição é de inestimável valor, pois podem agir com mais flexibilidade junto a populações específicas, que exigem projetos pedagógicos não-convencionais.

Recentemente, as empresas privadas começaram, de forma mais efetiva, a patrocinar iniciativas importantes, com o objetivo de melhorar a qualificação escolar de seus empregados, e a atuar, com mais frequência, em parceria com as próprias escolas da rede pública.

A superação deste desafio dependerá da capacidade de articulação dos três níveis de governo, da ampliação de parcerias com a sociedade organizada, com o sistema produtivo e da mobilização de diferentes segmentos sociais.

O consenso quanto ao papel fundamental da educação e à necessidade de distribuir equitativamente os conhecimentos e o domínio dos códigos, pelos quais circula a informação necessária à participação cidadã, fundamenta a prioridade a ser dada em estratégias que eliminem este déficit social.

Anexo

Tabela 1 – População de 15 a 19 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade –1996

| Unidade da Federação e modalidade | Nível de ensino | | | | |
|-----------------------------------|-----------------|---------------|-------------|---------|-------------------|
| | Total | Alfabetização | Fundamental | | Médio ou superior |
| | | | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | |
| Norte | | | | | |
| Rondônia | | | | | |
| Total | 59.086 | 144 | 5.876 | 32.105 | 20.961 |
| Regular | 57.149 | - | 5.581 | 30.892 | 20.676 |
| Supletivo | 1.937 | 144 | 295 | 1.213 | 285 |
| Acre | | | | | |
| Total | 30.593 | 138 | 6.488 | 15.227 | 8.740 |
| Regular | 29.697 | - | 6.126 | 14.881 | 8.690 |
| Supletivo | 896 | 138 | 362 | 346 | 50 |
| Amazonas | | | | | |
| Total | 161.154 | 979 | 31.119 | 86.247 | 42.809 |
| Regular | 159.375 | - | 30.611 | 85.996 | 42.768 |
| Supletivo | 1.779 | 979 | 508 | 251 | 41 |
| Roraima | | | | | |
| Total | 16.288 | 21 | 2.051 | 8.537 | 5.679 |
| Regular | 15.473 | - | 1.673 | 8.141 | 5.659 |
| Supletivo | 815 | 21 | 378 | 396 | 20 |
| Pará | | | | | |
| Total | 350.241 | 438 | 85.623 | 173.137 | 91.043 |
| Regular | 328.990 | - | 78.079 | 160.229 | 90.682 |
| Supletivo | 21.251 | 438 | 7.544 | 12.908 | 361 |
| Amapá | | | | | |
| Total | 28.361 | 62 | 3.442 | 15.253 | 9.604 |
| Regular | 25.988 | - | 2.713 | 13.710 | 9.565 |
| Supletivo | 2.373 | 62 | 729 | 1.543 | 39 |
| Tocantins | | | | | |
| Total | 74.843 | 89 | 15.744 | 39.213 | 19.797 |
| Regular | 74.219 | - | 15.674 | 38.815 | 19.730 |
| Supletivo | 624 | 89 | 70 | 398 | 67 |

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Sec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 2 – População de 20 a 24 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

| Unidade da Federação e modalidade | Nível de ensino | | | | |
|-----------------------------------|-----------------|---------------|-------------|---------|-------------------|
| | Total | Alfabetização | Fundamental | | Médio ou superior |
| | | | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | |
| Norte | | | | | |
| Rondônia | | | | | |
| Total | 15.405 | 115 | 1.061 | 5.161 | 9.068 |
| Regular | 13.757 | - | 881 | 4.275 | 8.601 |
| Supletivo | 1.648 | 115 | 180 | 886 | 467 |
| Acre | | | | | |
| Total | 8.719 | 110 | 1.261 | 2.244 | 5.104 |
| Regular | 7.898 | - | 1.030 | 1.946 | 4.922 |
| Supletivo | 821 | 110 | 231 | 298 | 182 |
| Amazonas | | | | | |
| Total | 50.751 | 449 | 5.557 | 17.593 | 27.152 |
| Regular | 49.651 | - | 5.350 | 17.238 | 27.063 |
| Supletivo | 1.100 | 449 | 207 | 355 | 89 |
| Roraima | | | | | |
| Total | 5.279 | 10 | 446 | 1.237 | 3.586 |
| Regular | 4.806 | - | 259 | 1.013 | 3.534 |
| Supletivo | 473 | 10 | 187 | 224 | 52 |
| Pará | | | | | |
| Total | 101.013 | 229 | 11.190 | 27.001 | 62.593 |
| Regular | 92.085 | - | 8.686 | 21.425 | 61.974 |
| Supletivo | 8.928 | 229 | 2.504 | 5.576 | 619 |
| Amapá | | | | | |
| Total | 9.195 | 43 | 687 | 2.478 | 5.987 |
| Regular | 7.949 | - | 392 | 1.653 | 5.904 |
| Supletivo | 1.246 | 43 | 295 | 825 | 83 |
| Tocantins | | | | | |
| Total | 22.716 | 77 | 2.383 | 7.770 | 12.486 |
| Regular | 22.300 | - | 2.338 | 7.538 | 12.424 |
| Supletivo | 416 | 77 | 45 | 232 | 62 |

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 3 – População de 15 a 19 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

| Unidade da Federação e modalidade | Nível de ensino | | | | |
|-----------------------------------|-----------------|---------------|-------------|---------|-------------------|
| | Total | Alfabetização | Fundamental | | Médio ou superior |
| | | | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | |
| Nordeste | | | | | |
| Maranhão | | | | | |
| Total | 329.763 | 862 | 93.576 | 157.609 | 77.716 |
| Regular | 326.302 | - | 92.625 | 156.122 | 77.555 |
| Supletivo | 3.461 | 862 | 951 | 1.487 | 161 |
| Piauí | | | | | |
| Total | 166.046 | 435 | 52.835 | 75.940 | 36.836 |
| Regular | 160.427 | - | 50.725 | 73.093 | 36.609 |
| Supletivo | 5.619 | 435 | 2.110 | 2.847 | 227 |
| Ceará | | | | | |
| Total | 404.398 | 1.397 | 99.648 | 194.860 | 108.493 |
| Regular | 401.691 | - | 99.040 | 194.343 | 108.308 |
| Supletivo | 2.707 | 1.397 | 608 | 517 | 185 |
| Rio Grande do Norte | | | | | |
| Total | 156.100 | 567 | 26.889 | 80.444 | 48.200 |
| Regular | 153.112 | - | 25.642 | 79.397 | 48.073 |
| Supletivo | 2.988 | 567 | 1.247 | 1.047 | 127 |
| Paraíba | | | | | |
| Total | 194.892 | 1.111 | 54.559 | 89.569 | 49.653 |
| Regular | 193.258 | - | 54.332 | 89.350 | 49.576 |
| Supletivo | 1.634 | 1.111 | 227 | 219 | 77 |
| Pernambuco | | | | | |
| Total | 460.671 | 1.971 | 87.501 | 232.264 | 138.935 |
| Regular | 456.502 | - | 86.598 | 231.133 | 138.771 |
| Supletivo | 4.169 | 1.971 | 903 | 1.131 | 164 |
| Alagoas | | | | | |
| Total | 145.307 | 1.113 | 40.234 | 71.002 | 32.958 |
| Regular | 143.764 | - | 40.010 | 70.832 | 32.922 |
| Supletivo | 1.543 | 1.113 | 224 | 170 | 36 |
| Sergipe | | | | | |
| Total | 105.508 | 203 | 26.504 | 54.163 | 24.638 |
| Regular | 104.681 | - | 26.313 | 53.808 | 24.560 |
| Supletivo | 827 | 203 | 191 | 355 | 78 |
| Bahia | | | | | |
| Total | 858.440 | 3.254 | 242.084 | 420.376 | 192.726 |
| Regular | 851.020 | - | 241.130 | 417.502 | 192.388 |
| Supletivo | 7.420 | 3.254 | 954 | 2.874 | 338 |

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 4 – População de 20 a 24 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

| Unidade da Federação e modalidade | Nível de ensino | | | | |
|-----------------------------------|-----------------|---------------|-------------|---------|-------------------|
| | Total | Alfabetização | Fundamental | | Médio ou superior |
| | | | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | |
| Nordeste | | | | | |
| Maranhão | | | | | |
| Total | 70.505 | 322 | 10.573 | 22.403 | 37.207 |
| Regular | 68.790 | - | 10.324 | 21.443 | 37.023 |
| Supletivo | 1.715 | 322 | 249 | 960 | 184 |
| Piauí | | | | | |
| Total | 40.255 | 220 | 5.744 | 11.900 | 22.391 |
| Regular | 37.898 | - | 5.192 | 10.604 | 22.102 |
| Supletivo | 2.357 | 220 | 552 | 1.296 | 289 |
| Ceará | | | | | |
| Total | 93.021 | 718 | 12.365 | 28.123 | 51.815 |
| Regular | 91.328 | - | 12.121 | 27.706 | 51.501 |
| Supletivo | 1.693 | 718 | 244 | 417 | 314 |
| Rio Grande do Norte | | | | | |
| Total | 42.174 | 327 | 3.954 | 12.141 | 25.752 |
| Regular | 40.210 | - | 3.310 | 11.380 | 25.520 |
| Supletivo | 1.964 | 327 | 644 | 761 | 232 |
| Paraíba | | | | | |
| Total | 54.366 | 426 | 7.688 | 15.311 | 30.941 |
| Regular | 53.465 | - | 7.565 | 15.134 | 30.766 |
| Supletivo | 901 | 426 | 123 | 177 | 175 |
| Pernambuco | | | | | |
| Total | 142.941 | 1.347 | 14.531 | 43.355 | 83.708 |
| Regular | 139.757 | - | 14.042 | 42.409 | 83.306 |
| Supletivo | 3.184 | 1.347 | 489 | 946 | 402 |
| Alagoas | | | | | |
| Total | 37.594 | 400 | 5.086 | 12.017 | 20.091 |
| Regular | 36.840 | - | 4.975 | 11.831 | 20.034 |
| Supletivo | 754 | 400 | 111 | 186 | 57 |
| Sergipe | | | | | |
| Total | 30.749 | 124 | 4.018 | 9.464 | 17.143 |
| Regular | 30.076 | - | 3.872 | 9.213 | 16.991 |
| Supletivo | 673 | 124 | 146 | 251 | 152 |
| Bahia | | | | | |
| Total | 224.412 | 1.655 | 35.107 | 74.874 | 112.776 |
| Regular | 219.633 | - | 34.616 | 72.822 | 112.195 |
| Supletivo | 4.779 | 1.655 | 491 | 2.052 | 581 |

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 5 – População de 15 a 19 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

| Unidade da Federação e modalidade | Nível de ensino | | | | |
|-----------------------------------|-----------------|---------------|-------------|---------|-------------------|
| | Total | Alfabetização | Fundamental | | Médio ou superior |
| | | | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | |
| Sudeste | | | | | |
| Minas Gerais | | | | | |
| Total | 962.693 | 1.736 | 83.355 | 493.668 | 383.934 |
| Regular | 957.154 | - | 82.549 | 491.417 | 383.188 |
| Supletivo | 5.539 | 1.736 | 806 | 2.251 | 746 |
| Espírito Santo | | | | | |
| Total | 161.895 | 446 | 11.225 | 68.970 | 81.254 |
| Regular | 159.431 | - | 10.749 | 67.541 | 81.141 |
| Supletivo | 2.464 | 446 | 476 | 1.429 | 113 |
| Rio de Janeiro | | | | | |
| Total | 743.840 | 654 | 49.622 | 336.084 | 357.480 |
| Regular | 731.110 | - | 47.218 | 329.239 | 354.653 |
| Supletivo | 12.730 | 654 | 2.404 | 6.845 | 2.827 |
| São Paulo | | | | | |
| Total | 2.019.191 | 2.544 | 95.929 | 742.152 | 1.178.566 |
| Regular | 1.990.596 | - | 87.652 | 726.323 | 1.176.621 |
| Supletivo | 28.595 | 2.544 | 8.277 | 15.829 | 1.945 |

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 6 – População de 20 a 24 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

| Unidade da Federação e modalidade | Nível de ensino | | | | |
|-----------------------------------|-----------------|---------------|-------------|---------|-------------------|
| | Total | Alfabetização | Fundamental | | Médio ou superior |
| | | | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | |
| Sudeste | | | | | |
| Minas Gerais | | | | | |
| Total | 262.757 | 1.176 | 13.298 | 67.702 | 180.581 |
| Regular | 257.120 | - | 12.703 | 65.325 | 179.092 |
| Supletivo | 5.637 | 1.176 | 595 | 2.377 | 1.489 |
| Espírito Santo | | | | | |
| Total | 41.653 | 332 | 2.343 | 9.824 | 29.154 |
| Regular | 39.796 | - | 2.075 | 8.769 | 28.952 |
| Supletivo | 1.857 | 332 | 268 | 1.055 | 202 |
| Rio de Janeiro | | | | | |
| Total | 221.676 | 511 | 9.087 | 35.771 | 176.307 |
| Regular | 212.194 | - | 7.703 | 31.452 | 173.039 |
| Supletivo | 9.482 | 511 | 1.384 | 4.319 | 3.268 |
| São Paulo | | | | | |
| Total | 623.982 | 2.558 | 21.349 | 101.933 | 498.142 |
| Regular | 590.554 | - | 15.557 | 82.751 | 492.246 |
| Supletivo | 33.428 | 2.558 | 5.792 | 19.182 | 5.896 |

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 7 – População de 15 a 19 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

| Unidade da Federação e modalidade | Nível de ensino | | | | |
|-----------------------------------|-----------------|---------------|-------------|---------|-------------------|
| | Total | Alfabetização | Fundamental | | Médio ou superior |
| | | | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | |
| Sul | | | | | |
| Paraná | | | | | |
| Total | 473.681 | 1.070 | 21.551 | 185.031 | 266.029 |
| Regular | 463.482 | - | 19.754 | 179.253 | 264.475 |
| Supletivo | 10.199 | 1.070 | 1.797 | 5.778 | 1.554 |
| Santa Catarina | | | | | |
| Total | 231.755 | 348 | 8.776 | 81.228 | 141.403 |
| Regular | 226.949 | - | 8.125 | 78.545 | 140.279 |
| Supletivo | 4.806 | 348 | 651 | 2.683 | 1.124 |
| Rio Grande do Sul | | | | | |
| Total | 462.141 | 407 | 17.162 | 170.304 | 274.268 |
| Regular | 454.850 | - | 16.340 | 166.406 | 272.104 |
| Supletivo | 7.291 | 407 | 822 | 3.898 | 2.164 |

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 8 – População de 20 a 24 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

| Unidade da Federação e modalidade | Nível de ensino | | | | |
|-----------------------------------|-----------------|---------------|-------------|---------|-------------------|
| | Total | Alfabetização | Fundamental | | Médio ou superior |
| | | | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | |
| Sul | | | | | |
| Paraná | | | | | |
| Total | 139.592 | 842 | 4.374 | 25.578 | 108.798 |
| Regular | 130.729 | - | 3.253 | 21.171 | 106.305 |
| Supletivo | 8.863 | 842 | 1.121 | 4.407 | 2.493 |
| Santa Catarina | | | | | |
| Total | 60.296 | 292 | 1.499 | 7.773 | 50.732 |
| Regular | 55.956 | - | 1.090 | 5.724 | 49.142 |
| Supletivo | 4.340 | 292 | 409 | 2.049 | 1.590 |
| Rio Grande do Sul | | | | | |
| Total | 132.653 | 275 | 2.663 | 16.548 | 113.167 |
| Regular | 125.778 | - | 2.142 | 13.458 | 110.178 |
| Supletivo | 6.875 | 275 | 521 | 3.090 | 2.989 |

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 9 – População de 15 a 19 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

| Unidade da Federação e modalidade | Nível de ensino | | | | |
|-----------------------------------|-----------------|---------------|-------------|---------|-------------------|
| | Total | Alfabetização | Fundamental | | Médio ou superior |
| | | | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | |
| Centro-Oeste | | | | | |
| Mato Grosso do Sul | | | | | |
| Total | 106.346 | 224 | 8.005 | 48.879 | 49.238 |
| Regular | 105.359 | - | 7.683 | 48.554 | 49.122 |
| Supletivo | 987 | 224 | 322 | 325 | 116 |
| Mato Grosso | | | | | |
| Total | 127.159 | 197 | 11.482 | 66.797 | 48.683 |
| Regular | 124.252 | - | 10.747 | 65.364 | 48.141 |
| Supletivo | 2.907 | 197 | 735 | 1.433 | 542 |
| Goiás | | | | | |
| Total | 276.708 | 240 | 27.894 | 141.560 | 107.014 |
| Regular | 275.399 | - | 27.672 | 140.970 | 106.757 |
| Supletivo | 1.309 | 240 | 222 | 590 | 257 |
| Distrito Federal | | | | | |
| Total | 144.377 | 210 | 9.042 | 65.491 | 69.634 |
| Regular | 138.762 | - | 7.784 | 62.233 | 68.745 |
| Supletivo | 5.615 | 210 | 1.258 | 3.258 | 889 |

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 10 – População de 20 a 24 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

| Unidade da Federação e modalidade | Nível de ensino | | | | |
|-----------------------------------|-----------------|---------------|-------------|---------|-------------------|
| | Total | Alfabetização | Fundamental | | Médio ou superior |
| | | | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | |
| Centro-Oeste | | | | | |
| Mato Grosso do Sul | | | | | |
| Total | 30.696 | 163 | 1.358 | 6.768 | 22.407 |
| Regular | 29.893 | - | 1.189 | 6.475 | 22.229 |
| Supletivo | 803 | 163 | 169 | 293 | 178 |
| Mato Grosso | | | | | |
| Total | 37.452 | 114 | 1.937 | 10.682 | 24.719 |
| Regular | 34.862 | - | 1.572 | 9.450 | 23.840 |
| Supletivo | 2.590 | 114 | 365 | 1.232 | 879 |
| Goiás | | | | | |
| Total | 78.715 | 188 | 4.094 | 20.814 | 53.619 |
| Regular | 77.472 | - | 3.933 | 20.353 | 53.186 |
| Supletivo | 1.243 | 188 | 161 | 461 | 433 |
| Distrito Federal | | | | | |
| Total | 50.974 | 225 | 2.470 | 10.496 | 37.783 |
| Regular | 45.112 | - | 1.562 | 7.536 | 36.014 |
| Supletivo | 5.862 | 225 | 908 | 2.960 | 1.769 |

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 11 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Norte – 1999

| Região Norte | Dependência administrativa | | | | |
|---------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 3.071.906 | 60,9 | 0,1 | 26,8 | 12,2 |
| Norte | 381.079 | 68,4 | 0,2 | 27,9 | 3,5 |
| Rondônia | 49.299 | 83,8 | 0,0 | 9,0 | 7,2 |
| Acre | 25.004 | 90,8 | 0,0 | 8,3 | 0,9 |
| Amazonas | 67.768 | 57,2 | 0,1 | 40,4 | 2,3 |
| Roraima | 6.812 | 86,9 | 0,6 | 6,2 | 6,3 |
| Pará | 194.581 | 62,8 | 0,4 | 34,8 | 2,0 |
| Amapá | 34.599 | 85,3 | 0,0 | 10,1 | 4,6 |
| Tocantins | 3.016 | 15,9 | 0,0 | 21,0 | 63,0 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 12 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de Ensino Médio, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Norte – 1999**

| Região Norte | Dependência administrativa | | | | |
|---------------|----------------------------|-------------|------------|------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 656.572 | 73,0 | 0,1 | 4,0 | 22,9 |
| Norte | 34.379 | 80,7 | 1,2 | 1,0 | 17,1 |
| Rondônia | 12.045 | 85,6 | 0,0 | 1,5 | 12,9 |
| Acre | 4.167 | 96,3 | 0,0 | 0,0 | 3,7 |
| Amazonas | 6.180 | 93,7 | 0,6 | 0,0 | 5,7 |
| Roraima | 2.370 | 98,9 | 1,1 | 0,0 | 0,0 |
| Pará | 3.062 | 35,2 | 11,4 | 4,5 | 49,0 |
| Amapá | 4.625 | 83,4 | 0,0 | 0,0 | 16,6 |
| Tocantins | 1.930 | 17,8 | 0,0 | 2,0 | 80,3 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 13 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos profissionalizantes presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Norte – 1999**

| Região Norte | Dependência administrativa | | | | |
|---------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 141.329 | 37,2 | 0,4 | 14,8 | 47,5 |
| Norte | 2.571 | 69,0 | 3,5 | 2,3 | 25,2 |
| Rondônia | 1.696 | 93,0 | 0,0 | 3,5 | 3,5 |
| Acre | 0 | - | - | - | - |
| Amazonas | 67 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 100,0 |
| Roraima | 429 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 100,0 |
| Pará | 231 | 44,2 | 39,0 | 0,0 | 16,9 |
| Amapá | 23 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 100,0 |
| Tocantins | 125 | 76,0 | 0,0 | 0,0 | 24,0 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Tabela 14 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Nordeste – 1999

| Região Nordeste | Dependência administrativa | | | | |
|---------------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 3.071.906 | 60,9 | 0,1 | 26,8 | 12,2 |
| Nordeste | 651.030 | 52,6 | 0,1 | 41,8 | 5,4 |
| Maranhão | 73.743 | 47,8 | 0,3 | 45,3 | 6,6 |
| Piauí | 33.869 | 79,5 | 0,0 | 13,7 | 6,8 |
| Ceará | 158.328 | 40,1 | 0,0 | 52,5 | 7,3 |
| Rio Grande do Norte | 79.990 | 69,3 | 0,1 | 27,6 | 3,0 |
| Paraíba | 61.152 | 71,0 | 0,0 | 27,1 | 1,9 |
| Pernambuco | 145.579 | 44,4 | 0,1 | 51,9 | 3,6 |
| Alagoas | 46.697 | 55,2 | 0,0 | 39,9 | 4,9 |
| Sergipe | 41.955 | 66,2 | 0,0 | 33,1 | 0,7 |
| Bahia | 9.717 | 0,0 | 0,0 | 45,7 | 54,3 |

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Tabela 15 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de Ensino Médio, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Nordeste – 1999

| Região Nordeste | Dependência administrativa | | | | |
|---------------------|----------------------------|-------------|------------|------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 656.572 | 73,0 | 0,1 | 4,0 | 22,9 |
| Nordeste | 56.858 | 66,0 | 0,2 | 11,1 | 22,7 |
| Maranhão | 2.598 | 31,5 | 5,0 | 0,0 | 63,5 |
| Piauí | 3.241 | 65,5 | 0,0 | 1,6 | 32,9 |
| Ceará | 26.431 | 61,1 | 0,0 | 20,1 | 18,9 |
| Rio Grande do Norte | 6.535 | 86,7 | 0,0 | 1,0 | 12,3 |
| Paraíba | 4.992 | 98,1 | 0,0 | 1,0 | 0,9 |
| Pernambuco | 5.253 | 61,1 | 0,0 | 10,2 | 28,7 |
| Alagoas | 1.767 | 69,4 | 0,0 | 0,0 | 30,6 |
| Sergipe | 3.794 | 91,5 | 0,0 | 7,4 | 1,1 |
| Bahia | 2.247 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 100,0 |

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 16 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos profissionalizantes presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Nordeste – 1999**

| Região Nordeste | Dependência administrativa | | | | |
|---------------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 141.329 | 37,2 | 0,4 | 14,8 | 47,5 |
| Nordeste | 29.261 | 43,4 | 0,5 | 42,7 | 13,4 |
| Maranhão | 1.393 | 34,9 | 9,0 | 19,1 | 37,0 |
| Piauí | 1.114 | 56,8 | 0,0 | 17,6 | 25,6 |
| Ceará | 6.772 | 18,1 | 0,0 | 61,7 | 20,2 |
| Rio Grande do Norte | 119 | 89,9 | 0,0 | 0,0 | 10,1 |
| Paraíba | 17.157 | 55,6 | 0,0 | 44,4 | 0,0 |
| Pernambuco | 1.088 | 0,0 | 0,0 | 16,7 | 83,3 |
| Alagoas | 364 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 100,0 |
| Sergipe | 750 | 94,9 | 1,9 | 3,2 | 0,0 |
| Bahia | 504 | 0,0 | 0,0 | 8,9 | 91,1 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 17 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Sudeste – 1999**

| Região Sudeste | Dependência administrativa | | | | |
|----------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 3.071.906 | 60,9 | 0,1 | 26,8 | 12,2 |
| Sudeste | 1.258.704 | 56,4 | 0,0 | 26,9 | 16,7 |
| Minas Gerais | 48.821 | 12,5 | 0,4 | 20,0 | 67,1 |
| Espírito Santo | 83.888 | 82,0 | 0,0 | 11,6 | 6,3 |
| Rio de Janeiro | 256.757 | 69,9 | 0,0 | 11,7 | 18,4 |
| São Paulo | 869.238 | 52,4 | 0,0 | 33,3 | 14,3 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 18 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de Ensino Médio, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Sudeste – 1999**

| Região Sudeste | Dependência administrativa | | | | |
|----------------|----------------------------|-------------|------------|------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 656.572 | 73,0 | 0,1 | 4,0 | 22,9 |
| Sudeste | 369.052 | 71,2 | 0,0 | 3,9 | 24,9 |
| Minas Gerais | 20.946 | 14,8 | 0,0 | 12,5 | 72,7 |
| Espírito Santo | 16.921 | 95,0 | 0,0 | 0,0 | 5,0 |
| Rio de Janeiro | 50.887 | 64,4 | 0,0 | 1,3 | 34,3 |
| São Paulo | 280.298 | 75,2 | 0,0 | 4,0 | 20,8 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 19 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos profissionalizantes presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Sudeste – 1999**

| Região Sudeste | Dependência administrativa | | | | |
|----------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 141.329 | 37,2 | 0,4 | 14,8 | 47,5 |
| Sudeste | 53.670 | 25,1 | 0,4 | 4,6 | 69,9 |
| Minas Gerais | 13.595 | 11,9 | 0,7 | 1,0 | 86,4 |
| Espírito Santo | 4.273 | 6,1 | 0,0 | 0,0 | 93,9 |
| Rio de Janeiro | 8.095 | 44,3 | 0,0 | 1,4 | 54,2 |
| São Paulo | 27.707 | 28,9 | 0,4 | 7,9 | 62,8 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 20 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Sul – 1999**

| Região Sul | Dependência administrativa | | | | |
|-------------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 3.071.906 | 60,9 | 0,1 | 26,8 | 12,2 |
| Sul | 547.912 | 73,0 | 0,0 | 11,4 | 15,5 |
| Paraná | 265.521 | 88,6 | 0,0 | 7,0 | 4,3 |
| Santa Catarina | 128.147 | 67,1 | 0,0 | 17,9 | 15,0 |
| Rio Grande do Sul | 154.244 | 51,0 | 0,0 | 13,6 | 35,3 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 21 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de Ensino Médio, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Sul – 1999**

| Região Sul | Dependência administrativa | | | | |
|-------------------|----------------------------|-------------|------------|------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 656.572 | 73,0 | 0,1 | 4,0 | 22,9 |
| Sul | 123.522 | 79,8 | 0,0 | 3,1 | 17,0 |
| Paraná | 75.674 | 90,4 | 0,0 | 0,0 | 9,6 |
| Santa Catarina | 35.839 | 67,4 | 0,0 | 0,7 | 31,9 |
| Rio Grande do Sul | 12.009 | 50,6 | 0,0 | 30,1 | 19,3 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Tabela 22 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos profissionalizantes presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Sul – 1999

| Região Sul | Dependência administrativa | | | | |
|-------------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 141.329 | 37,2 | 0,4 | 14,8 | 47,5 |
| Sul | 46.566 | 47,4 | 0,0 | 12,6 | 39,9 |
| Paraná | 3.683 | 34,6 | 0,0 | 2,6 | 62,7 |
| Santa Catarina | 2.453 | 32,3 | 0,0 | 0,0 | 67,7 |
| Rio Grande do Sul | 40.430 | 49,5 | 0,0 | 14,3 | 36,2 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Tabela 23 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Centro-Oeste – 1999

| Região Centro-Oeste | Dependência administrativa | | | | |
|---------------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 3.071.906 | 60,9 | 0,1 | 26,8 | 12,2 |
| Centro-Oeste | 233.181 | 67,8 | 0,1 | 18,7 | 13,4 |
| Mato Grosso do Sul | 43.384 | 57,3 | 0,0 | 22,8 | 19,9 |
| Mato Grosso | 44.988 | 81,7 | 0,0 | 12,9 | 5,4 |
| Goiás | 48.961 | 27,5 | 0,5 | 57,0 | 15,0 |
| Distrito Federal | 95.848 | 86,6 | 0,0 | 0,0 | 13,4 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Tabela 24 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de Ensino Médio, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Centro-Oeste – 1999

| Região Centro-Oeste | Dependência administrativa | | | | |
|---------------------|----------------------------|-------------|------------|------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 656.572 | 73,0 | 0,1 | 4,0 | 22,9 |
| Centro-Oeste | 72.761 | 72,5 | 0,0 | 1,7 | 25,8 |
| Mato Grosso do Sul | 10.033 | 44,3 | 0,0 | 1,9 | 53,8 |
| Mato Grosso | 27.013 | 92,8 | 0,0 | 0,3 | 6,9 |
| Goiás | 11.771 | 41,6 | 0,0 | 8,0 | 50,3 |
| Distrito Federal | 23.944 | 76,7 | 0,0 | 0,0 | 23,3 |

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Tabela 25 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos profissionalizantes presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Centro-Oeste – 1999

| Região Centro-Oeste | Dependência administrativa | | | | |
|---------------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Total | Estadual | Federal | Municipal | Particular |
| Brasil | 141.329 | 37,2 | 0,4 | 14,8 | 47,5 |
| Centro-Oeste | 9.261 | 27,8 | 1,8 | 0,7 | 69,7 |
| Mato Grosso do Sul | 1.247 | 37,0 | 0,0 | 0,0 | 63,0 |
| Mato Grosso | 563 | 66,4 | 0,0 | 0,0 | 33,6 |
| Goiás | 614 | 29,5 | 26,7 | 11,2 | 32,6 |
| Distrito Federal | 6.837 | 22,8 | 0,0 | 0,0 | 77,2 |

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)